

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA/ES****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas de seu quadro de servidores e formação de cadastro de reserva da Prefeitura Municipal de Iúna/ES, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
518003953	Estela Levino Hirakuri	Arquiteto
518006023	André Ferreira Pereira	Auditor de Controle Interno
518001643	Andrick Faria Pereira	Auditor de Controle Interno
518000279	Cinthia Lopes Saliba Libanio	Auditor de Controle Interno
518000682	Claudemir Barbosa Scopel	Auditor de Controle Interno
518005243	Dalila Alcure De Castro Rios Storck	Auditor de Controle Interno
518006797	Daniel Vitor Cerqueira	Auditor de Controle Interno
518005270	Ederson Coelho Boldrini	Auditor de Controle Interno
518005580	Filipe Freitas Barreto	Auditor de Controle Interno
518002536	Joselaine Cristina César Gomes Montoni	Auditor de Controle Interno
518000234	Joyce Cezar De Melo Borel	Auditor de Controle Interno
518004853	Kliffon Viana Da Silva	Auditor de Controle Interno
518002134	Leonardo De Freitas Rabelo	Auditor de Controle Interno
518006109	Luiz Carlos Siqueira	Auditor de Controle Interno
518001458	Luiz Ricardo De Souza Altoe	Auditor de Controle Interno
518004423	Luiza Passos Ramallete Dezan	Auditor de Controle Interno
518004704	Maxsuel Freitas Pimentel	Auditor de Controle Interno
518000841	Rodrigo Borel Almeida	Auditor de Controle Interno
518000907	Rodrigo Da Silva Angelo	Auditor de Controle Interno
518001120	Vanessa Rodrigues Alves De Castro	Auditor de Controle Interno
518002798	Vitor Joaquim Zanini Dos Santos Leandro	Auditor de Controle Interno
518003221	Weder Borges Rodrigues	Auditor de Controle Interno
518005255	Ademir Francisco Da Silva Junior	Auditor Fiscal

518001644	Andrick Faria Pereira	Auditor Fiscal
518005116	Douglas Marques De Abreu Cavalcante	Auditor Fiscal
518005362	Eder Mauricio Guedes	Auditor Fiscal
518002537	Joselaine Cristina César Gomes Montoni	Auditor Fiscal
518000233	Joyce Cezar De Melo Borel	Auditor Fiscal
518004852	Kliffton Viana Da Silva	Auditor Fiscal
518001459	Luiz Ricardo De Souza Altoe	Auditor Fiscal
518000690	Rodrigo Borel Almeida	Auditor Fiscal
518000905	Rodrigo Da Silva Angelo	Auditor Fiscal
518000489	Rozilene Machado Da Silva	Auditor Fiscal
518001127	Vanessa Rodrigues Alves De Castro	Auditor Fiscal
518005056	Ana Paula Cattein Bucker	Auxiliar Administrativo
518006092	Ariane Santos Da Silva	Auxiliar Administrativo
518001401	Brendo Miranda Pagani	Auxiliar Administrativo
518001350	Caroline Henriques De Amorim	Auxiliar Administrativo
518003423	Érika Cristina De Oliveira	Auxiliar Administrativo
518001712	Gabriel Vitor Vieira Barglini	Auxiliar Administrativo
518005092	Jennifer Martins Bonfante	Auxiliar Administrativo
518005251	João Vitor Souza	Auxiliar Administrativo
518000772	Lolita Dias De Carvalho	Auxiliar Administrativo
518000658	Manoela Cristina De Souza Barreto Duarte	Auxiliar Administrativo
518003045	Maria Madalena De Castro Souza Da Costa	Auxiliar Administrativo
518000308	Mateus Da Silva Alves	Auxiliar Administrativo
518004715	Maxsuel Freitas Pimentel	Auxiliar Administrativo
518004398	Nathan Carvalho Moura	Auxiliar Administrativo
518001762	Núbia Soares Vieira	Auxiliar Administrativo
518005816	Ramon De Castro Benedito Da Costa	Auxiliar Administrativo
518004727	Raphael Amorim De Castro	Auxiliar Administrativo
518005387	Raquel Fernandes Zorzanelli	Auxiliar Administrativo
518004102	Rayane Calazani De Souza	Auxiliar Administrativo
518002687	Rayanne Pires De Souza Valadão	Auxiliar Administrativo
518003217	Rodrigo De Almeida Andrade	Auxiliar Administrativo
518005177	Rogério Souza De Paula	Auxiliar Administrativo
518004864	Rovena Eduarda De Oliveira Garcia	Auxiliar Administrativo
518000937	Steffania De Freitas Ferreira	Auxiliar Administrativo
518000051	Ana Paula Almeida Chaves	Contador
518000681	Claudemir Barbosa Scopel	Contador
518002281	Danielly Brandão Távora Porto	Contador
518005728	Geone Rodrigues Da Silva	Contador
518000033	Geraldo Daniel De Azeredo Neto	Contador
518004457	Ivan Oliveira Rosa	Contador
518005891	Jaqueline Sandra Da Silva	Contador
518000250	Jeniffer Da Silva Teixeira	Contador
518000405	Lucas Da Silva Sá	Contador
518002858	Mário Antônio Sales De Castro	Contador
518002799	Vitor Joaquim Zanini Dos Santos Leandro	Contador
518000151	Ana Carolina Da Cunha Pinho	Engenheiro Civil

518005878	Kesley Antonio Santos	Engenheiro Civil
518003620	Leandro De Souza Costa	Engenheiro Civil
518002921	Lucas Moreira Couto	Engenheiro Civil
518003067	Luis Gustavo Oliveira Figueredo Barroso	Engenheiro Civil
518006453	Kesley Antonio Santos	Fiscal
518005311	Tania Marcia De Oliveira	Fiscal
518004017	Carlos Aurelio Pires	Motorista
518001881	Erismaldo Reis Lopes	Motorista
518001755	Geonildo Silva Stuckim	Motorista
518002802	Gilberto Figueiredo	Motorista
518005307	Heryck De Amigo Cantilio Pereira	Motorista
518000503	José Emídio Junior	Motorista
518002728	Lindomar Monteiro De Lima	Motorista
518000408	Plinio Warlen Heitor Junior	Motorista
518006726	Rosiane Malvina Da Silva Coelho	Motorista
518003693	Tiago Rodrigues De Almeida	Motorista
518001925	Vinício Pereira Fragoso	Motorista
518000868	Welinton Moreira De Amorim	Motorista
518000837	Wilson Antonio Da Silva	Motorista
518006189	Ygor Vieira De Oliveira Sarte	Motorista
518002911	Diego De Moura	Operador de Máquinas Pesadas
518000082	Eriks Ebenezer Pinheiro De Oliveira	Operador de Máquinas Pesadas
518001758	Geonildo Silva Stuckim	Operador de Máquinas Pesadas
518002764	Júlio Cesar Da Silva Júnior	Operador de Máquinas Pesadas
518003960	Lucas Ribeiro Alves	Operador de Máquinas Pesadas
518000421	Marcio Gabriel Massini	Operador de Máquinas Pesadas
518004149	Kátia Da Cruz Oliveira Pires	Pedagogo
518001166	Nilceia Henriques	Pedagogo
518006101	Vanderléia De Lima Aguiar	Pedagogo
518004571	Aline Rimes De Carvalho Oliveira	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518001249	Ariéle Henriques Cordeiro	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518001022	Cristiane Aparecida Mendonça Barbosa Pereira	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518006485	Diene Miranda De Oliveira Lopes	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518004595	Elisangela De Aguiar Almeida	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518000207	Felipe Lourenço Barreto	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518006438	Fernanda Almeida Borges	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518000713	Flaviane Oliveira Martins	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518002076	Jéssica Cezario Braz Pazeli	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518003866	Joyse Emanuelle De Souza Nogueira	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518005371	Larissa Vial Do Nascimento	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518000455	Laudicéia Borel Da Silva	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518005084	Luana Fernandes De Oliveira Cabanez Faria	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518006105	Maria Da Penha Pereira Da Silva Paiva	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518004459	Miriam Galote Silveira Souza	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518006727	Rosiane Malvina Da Silva Coelho	Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais
518001250	Ariéle Henriques Cordeiro	Professor de Educação do Campo
518003898	Daniela Freitas Silveira	Professor de Educação do Campo

518003986	Elziane Fernandes De Freitas Dias	Professor de Educação do Campo
518006865	Gustavo Tavares Da Cunha	Professor de Educação do Campo
518006082	Laura Faria Tiradentes	Professor de Educação do Campo
518001761	Maria Eliza Costa Mello	Professor de Educação do Campo
518004572	Aline Rimes De Carvalho Oliveira	Professor de Educação Infantil
518001368	Ana Carolina Cardoso Hubner Vieira	Professor de Educação Infantil
518004900	Ana Paula Nepomuceno Henriques	Professor de Educação Infantil
518006210	Diene Miranda De Oliveira Lopes	Professor de Educação Infantil
518001475	Fabiana Lopes Da Silva	Professor de Educação Infantil
518006220	Geiziane Dos Santos Gomes	Professor de Educação Infantil
518005926	Izabel Quirino De Oliveira	Professor de Educação Infantil
518003865	Joyse Emanuelle De Souza Nogueira	Professor de Educação Infantil
518000283	Juliana Leite De Almeida	Professor de Educação Infantil
518005542	Larissa Vial Do Nascimento	Professor de Educação Infantil
518000456	Laudicéia Borel Da Silva	Professor de Educação Infantil
518006119	Samara De Almeida Silva	Professor de Educação Infantil
518001783	Silvana Afonso	Professor de Educação Infantil
518003458	Suiani Macedo Alaminio Rocha	Professor de Educação Infantil

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Arquiteto

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amoldam-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O gabarito preliminar deve ser alterado, sendo a alternativa correta a opção B, consoante disposto no § 6º do art. 37 da CF/88, O referido diploma assegura ao particular lesado ajuizar ação de indenização contra o Estado sem ter que provar que o agente público agiu com dolo ou culpa. Ainda no § 6º traz que a vítima não poderá ajuizar a ação diretamente contra o servidor público que praticou o ato. Este servidor somente pode ser responsabilizado pelo dano se for acionado pelo próprio Estado, em ação regressiva, após o Poder Público já ter ressarcido o ofendido. Nesse sentido, no teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Fonte:

- STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral) (Info 947).

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais se utilizam do art. 175 do Estatuto dos Servidores para sustentar que a alternativa “B” também seria correta. Todavia, tal dispositivo legal trata da exoneração de função de confiança e não da exoneração do cargo.

As condutas praticadas por Fulano, Sicrano e Beltrano estão previstas no art. 156, V, VI e XII, respectivamente. Assim, a única resposta possível é aquela que prevê que “Fulano, Sicrano e Beltrano estão sujeitos à pena de suspensão, nos termos da Lei”, com fundamento no art. 174 do referido Estatuto.

Ademais, cabe ressaltar que na aplicação das sanções disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público (art. 170). A invocação de precedentes jurisprudenciais relativos à Lei Federal 8112/1990 diz respeito ao estatuto de servidores da União, que possui regramento próprio e não se aplica no âmbito do município de Lúna.

Cargo: Auditor de Controle Interno

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sentido do verbo “destilar” é expandido pela expressão “nas redes sociais”. Semanticamente, a expressão em destaque exprime uma circunstância e sintaticamente representa uma expansão do verbo que conduz a ação. A circunstância se refere a unidades linguísticas que, referindo-se à significação do verbo, assinalam o lugar em que ocorreu o fato de os homens destilarem comentários gordofóbicos, machistas e etaristas (nas redes sociais). Atendendo a tais características, o termo em destaque pode ser classificado como ADJUNTO ADVERBIAL DE LUGAR. O adjunto adverbial pode ser expresso por uma locução adverbial ou um advérbio. Na questão, ele é expresso por uma locução adverbial (nas redes sociais). A alternativa correta é a letra D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 60.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão, os dois pontos foram usados para destacar uma expressão que sugere, pelo contexto e pela entonação, uma explicação. Alternativa correta: letra B. Nas demais alternativas foram apresentadas outras funções dos dois pontos, mas elas não se adequam ao exemplo dado.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 594.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante o processo de escrita, algumas estratégias são adotadas para construir o sentido dos textos. Essas estratégias são os processos coesivos que produzirão a coerência textual. Os processos coesivos podem ser divididos, inicialmente em anáforas e catáforas. Anáfora é a estratégia de retomar uma informação que já foi enunciada no texto, mantendo-a viva na lembrança do leitor e sem que haja repetição exaustiva de uma expressão. Essa retomada pode ser feita, por pronomes, numerais e artigos, além de expressões que consigam retomar a informação dada. A catáfora se caracteriza como o processo que aponta uma informação que ainda será enunciada no texto. Os pronomes conseguem realizar esta ação. Compreender essas retomadas e indicações é aferir se o leitor compreende o sentido de um texto. A partir destas informações e analisando as afirmações apresentadas, toma-se como verdadeira I e IV. A alternativa correta é a letra B. Em I as expressões “um deles” e “enquanto outro” retomam a informação já enunciada no texto “um dos comentários feitos nas redes sociais”. Em IV, o termo “outro” indica uma informação que ainda será enunciada: “termo”.

Fonte:

- KOCH, Ingedore Villaça. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. Ed., 12ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amoldam-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em algumas orações não há predicação referida a nenhum sujeito. Estas orações se dizem sem sujeito, e os verbos de predicação não referida a sujeito se chamam impessoais. Os principais verbos impessoais em língua portuguesa são: haver, fazer e ser, desde que obedçam a algumas regras. Uma delas é que o verbo haver será impessoal quando equivaler à oração constituída pelo verbo existir. Uma segunda regra se refere ao verbo haver indicando tempo decorrido. Na questão em análise, a forma verbal “houve” expressa sentido equivalente ao verbo existir. Sendo assim, a alternativa correta é a letra C.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 49-50.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Usa-se a crase na contração da preposição *a* com as formas femininas do artigo: à (a + a), às (a + as). Diante de palavras masculinas não se usa crase. A palavra “androcentrismo” é masculina. Assim, a crase não ocorre. Quanto ao termo misoginia no plural (misoginias), seria OBRIGATÓRIO o uso da crase no plural. Desta feita, a alternativa incorreta é a letra B. Todas as demais alternativas estão corretas.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 531.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que no colar com 10 discos (sendo 4 na última camada) não resulta em $10 \times 6 = 60$ argolas, ou seja, o padrão lógico do número de argolas é diferente do que alegado em recurso.

Para fins de elucidação, verifica-se que o padrão lógico pode ser encontrado em relação ao número de fileiras

2 fileiras = 3 argolas (1×3)

3 fileiras = 9 argolas $(2+1) \times 3$

4 fileiras = 18 argolas $(3+2+1) \times 3$

5 fileiras = 30 argolas $(4+3+2+1) \times 3$

N fileiras = $(n-1+n-2+n-3+\dots+1) \times 3$

11 fileiras = $(10+9+8+7+6+5+4+3+2+1) \times 3$

11 fileiras = $55 \times 3 = 165$

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D) =MÉDIA(B2:F2); =MÁXIMO(B2:F2); =MÍNIMO(B2:F2)

Das alternativas apresentadas, a única que apresenta as fórmulas corretas, é a letra D.

Para calcular a Média, utiliza-se a função Média – Retorna a média aritmética dos argumentos. Por exemplo, se intervalo A1:A20 contiver números, a fórmula =MÉDIA(A1:A20) retornará a média desses números.

Sintaxe

MÉDIA(núm1, [núm2], ...)

A sintaxe da função MÉDIA tem os seguintes argumentos:

- Núm1 Obrigatório. O primeiro número, referência de célula ou intervalo para o qual você deseja a média.
- Núm2, ... Opcionais. Números adicionais, referências de célula ou intervalos para os quais você deseja a média, até no máximo 255.

G2									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Disciplina	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Média	Maior nota	Menor nota
2	A	75	85	90	80	96	85,2	96	75
3	B	60	70	80	79	88			
4	C	85	90	95	92	76			
5	D	70	75	80	60	74			

Para calcular a Maior nota – utiliza-se a função Máximo - Retorna o valor máximo de um conjunto de valores.

Sintaxe

MÁXIMO(número1, [número2], ...)

A sintaxe da função MÁXIMO tem os seguintes argumentos:

- Núm1, núm2,... Núm1 é obrigatório, números subsequentes são opcionais. De 1 a 255 números cujo valor máximo você deseja saber.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O gabarito preliminar deve ser alterado, sendo a alternativa correta a opção B, consoante disposto no § 6º do art. 37 da CF/88, O referido diploma assegura ao particular lesado ajuizar ação de indenização contra o Estado sem ter que provar que o agente público agiu com dolo ou culpa. Ainda no § 6º traz que a vítima não poderá ajuizar a ação diretamente contra o servidor público que praticou o ato. Este servidor somente pode ser responsabilizado pelo dano se for acionado pelo próprio Estado, em ação regressiva, após o Poder Público já ter ressarcido o ofendido. Nesse sentido, no teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Fonte:

- STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral) (Info 947).

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão foi claro ao solicitar que os candidatos indicassem a alternativa que NÃO é uma política de ordem social prevista na Constituição. Assim, a única opção correta é a opção C, que traz como resposta C) Defensoria Pública, pois está inserida nas FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA - CAPÍTULO IV.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A seguir apresenta-se o fundamento e julgamento correto de cada item apresentado na questão em apreço:

- Afirmativa I: falsa
 - Conforme art. 37 da LOM, os Vereadores no exercício do mandato e na circunscrição do Município, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.
- Afirmativa II: falsa
 - Conforme nova redação do art. 44 dada pela Emenda nº. 27/2017, a iniciativa popular de emenda à LOM pode ser feita mediante proposta subscrita por no mínimo um por cento dos eleitores do município.
- Afirmativa III: verdadeira
 - De acordo com o art. 45, VI, da LOM, a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos é exemplo de matéria que demanda aprovação pelo rito da lei complementar.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais se utilizam do art. 175 do Estatuto dos Servidores para sustentar que a alternativa “B” também seria correta. Todavia, tal dispositivo legal trata da exoneração de função de confiança e não da exoneração do cargo.

As condutas praticadas por Fulano, Sicrano e Beltrano estão previstas no art. 156, V, VI e XII, respectivamente. Assim, a única resposta possível é aquela que prevê que “Fulano, Sicrano e Beltrano estão sujeitos à pena de suspensão, nos termos da Lei”, com fundamento no art. 174 do referido Estatuto.

Ademais, cabe ressaltar que na aplicação das sanções disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público (art. 170). A invocação de precedentes jurisprudenciais relativos à Lei Federal 8112/1990 diz respeito ao estatuto de servidores da União, que possui regramento próprio e não se aplica no âmbito do município de Lúna.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que o pedido de revisão por Mévio tendo como fundamento a injustiça da sanção aplicada deve ser a ele garantido, considerando o direito à ampla defesa e contraditório constitucionalmente previstos, amparando-se para tal no art. 140, §1º, do Estatuto dos Servidores.

Ocorre que o parágrafo único do art. 208 do mesmo diploma legal é expresso ao dispor que não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da sanção aplicada, o que torna tal assertiva equivocada.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado, o qual ampara-se no art. 207, *caput*, e art. 210, §2º, do Estatuto.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apontado como correto para a questão se funda no julgado pelo STF no RE 848.826, red. do ac. min. Ricardo Lewandowski, j. 10-8-2016, P, DJE de 24-8-2017, Tema 835, com mérito julgado.

As razões recursais que sustentam que a alternativa “D” também se mostra correta não prosperam, considerando que o trecho final da assertiva (“qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional”) não possui previsão na Constituição Federal, tornando-a incorreta.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Inicialmente, quanto aos argumentos que sustentam que a afirmativa II foi fundamentada em diploma legal não previsto no edital, tal linha de pensamento não prospera, visto que os sistemas de controle interno possuem seu desenho básico moldado pelo próprio texto da Constituição da República de 1988. Nesse sentido, o art. 74, §1º, dispõe: “Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.”. Assim, o conhecimento exigido na afirmativa II encontra respaldo no conteúdo programático do concurso.

Por sua vez, a afirmativa I é verdadeira conforme o *caput* do art. 74 da CRFB/88, enquanto que a afirmativa III é falsa, conforme julgado no RMS 25.943/DF.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva apontada como incorreta (e, portanto, gabarito da questão) é duplamente equivocada pois, em primeiro lugar, afirma que somente a Administração poderá promover a tomada de contas especial e, em segundo lugar, afirma que o Tribunal de Contas tem atuação limitada ao julgamento de contas.

Como é cediço, a tomada de contas especial pode ser promovida pelo Tribunal de Contas, conforme permite a própria Instrução Normativa 32/2014, TCE/ES, colacionada nas razões recursais. Ademais, as atribuições do Tribunal de Contas são mais abrangentes do que simplesmente julgar contas, envolvendo também a fiscalização, por exemplo.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há determinação na CRFB/88 no sentido de reserva à lei complementar para o estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais. As matérias reservadas a tal espécie legislativa são aquelas previstas no art. 165, §9º, as quais não se confundem com o PPA, a LDO e a LOA.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado pede a avaliação de ações hipoteticamente realizadas pelos gestores competentes. Não foi solicitado ao candidato a mera memorização do texto legal em sua literalidade, mas sim a aplicação prática do conhecimento previsto no CTN.

No que concerne à ação “Anistia concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas com penalidades de outra natureza”, trata-se de prática permitida pelo art. 181, II, “b”, do CTN. Também estaria correto caso se tratasse de anistia não conjugada com penalidade de outra natureza, igualmente permitida pelo referido dispositivo.

Ademais, o art. 109 do Código Tributário Nacional dispõe que os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos lançados são no sentido, em síntese, de que a afirmação de José estaria equivocada. Contudo, José é claro ao informar que seu entendimento se aplica à legislação formal (art. 144, §1º, do CTN) e não à legislação material (art. 144, *caput*, do CTN).

Nesse sentido, leciona Ricardo Alexandre: “A modificação de uma norma procedimental (formal, adjetiva) não muda a essência de qualquer obrigação já surgida, mas tão somente o modo de sua apuração. É justamente por isso que são aplicáveis ao lançamento as normas formais que estiverem em vigor na data da realização do próprio procedimento.

O *caput* do artigo trata da legislação tributária material e estipula a regra da aplicação da legislação vigente à data do fato gerador. Já o §1º refere-se, fundamentalmente, à legislação formal, como se percebe pela referência às normas que tenham instituído “novos critérios de apuração ou processos de fiscalização”.

Fonte:

- Alexandre, Ricardo. Direito tributário. 15. ed. rev., atual, e ampl. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2021.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item III da presente questão é reprodução literal do art. 7º, II da Instrução Normativa nº 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (expressamente citada como referência para resposta à questão no enunciado da mesma), senão vejamos:

Art. 7º Para os fins desta Instrução Normativa, o envio das remessas deverá ocorrer nos seguintes prazos:

(...)

II - PCA de Chefe de Poder Executivo municipal, até 90 dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal, conforme dispõe o § 1º do artigo 76 da Lei Complementar Estadual 621/2012, devendo o Prefeito comunicar e comprovar tal situação ao TCEES, para fins de cadastramento no sistema;

Da leitura do dispositivo, vê-se que a menção à Lei 621/2012 é apenas feita de passagem, e não há no item III citado qualquer exigência de conhecimento previsto especificamente naquela Lei.

Fonte:

- Instrução Normativa nº 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Cargo: Auditor Fiscal

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pronome reflexivo, pois pratica e sofre a ação ao mesmo tempo. O se, neste contexto, não pratica e sofre a ação ao mesmo tempo, pois o sujeito apenas sofre a ação. O plástico não tem o poder de realizar a ação de se destacar.

Índice de indeterminação do sujeito, pois o verbo destacar está flexionado na terceira pessoa do singular: alternativa incorreta, pois apesar de o verbo estar na terceira pessoa do singular, ele é transitivo direto. O índice de indeterminação do sujeito ocorre em verbos transitivos indiretos.

Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito sofre a ação: esta é a alternativa correta. [...]enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico, que constitui cerca de 17% dos RSU." O verbo destacar é transitivo direto (destacar o quê? / o plástico.). E admite a conversão: O plástico é destacado. A ideia do enunciado é que o plástico sofre a ideia de ser destacado.

Parte integrante do verbo: nessa situação, o "se" se liga a um verbo pronominal, ou seja, aquele verbo usado na forma pronominal e que normalmente exprime sentimentos ou mudança de estado (queixar-se, arrepender-se, etc). Nesse caso, mesmo não exercendo função, o pronome não pode ser excluído, pois é parte integrante do verbo.

Assim, a alternativa correta é: Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito é que sofre a ação.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão Anulada.

"A fração orgânica é a mais significativa, representando 46% do total, enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico[...]" As vírgulas separam o gerúndio que vem antes da oração principal, portanto, seu uso é obrigatório.

"Além do excesso de resíduos plásticos gerados pela população brasileira, outro grande problema é a sua baixa taxa de reciclagem[...]" - a vírgula é obrigatória para separar orações na ordem indireta.

"Para melhorar os índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas, é fundamental um esforço coordenado entre os setores público e privado[...]" O uso da vírgula é obrigatório para separar uma oração subordinada adverbial final na ordem indireta.

"Em muitos casos, o custo de reciclar plásticos pode superar o de produzir novos a partir de matéria-prima virgem. " A vírgula foi usada para isolar adjunto adverbial anteposto. Mesmo que a vírgula é opcional neste exemplo, visto que o adjunto adverbial é formado por três palavras, o seu uso se justifica por ser adjunto adverbial deslocado. Assim, por apresentar a mesma justificativa que a letra D, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

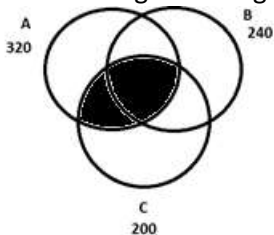
BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, dos 400 candidatos:

- 320 foram aprovados na prova A
- 240 foram aprovados na prova B
- 200 foram aprovados na prova C

Tem-se o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado questiona quantos são os valores possíveis para a área total hachurada na figura acima. O valor máximo da interseção entre A e C é 200, pois 200 é o tamanho do conjunto C. O valor mínimo da interseção entre A e C é 120, pois $320+200-400 = 120$. Assim, o número possível de valores para X é $200-120+1 = 81$.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O processo administrativo é marcado por maior flexibilidade e informalidade em comparação ao processo judicial. Por essa razão, a própria Lei nº 9.784/1999 estabelece que as formalidades devem ser aplicadas na medida em que protejam os direitos dos particulares e que devem ser adotadas formas simples e suficientes para conferir segurança aos administrados.

O controle judicial no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.

A atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo em matéria disciplinar é medida excepcional, cabendo à autoridade competente para julgamento o juízo acerca de sua concessão, portanto, não basta somente o fundamento da presunção de legitimidade dos atos administrativos para não atribuí-lo ao recurso.

Sendo assim, o gabarito da questão encontra-se respaldado pelo Art. 64 da norma supramencionada, *in verbis*.

“Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.”

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 1032). Editora Saraiva.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os candidatos sustentam que a afirmativa III estaria incorreta, de modo que não há alternativa correta para responder a questão, logo deve ser anulada a questão.

Sem razão.

A afirmativa III reproduz o teor do 196, 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna. Imperioso esclarecer que a acareação é um procedimento cuja finalidade é a apuração da verdade, ou seja, confrontação das testemunhas até que se chegue às alegações e afirmações verdadeiras.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A Lei Complementar nº 9/2017 alterou a redação do art. 114 do Estado dos Servidores Públicos de Lúna, de modo que a gratificação pelo desempenho de direção, chefia e assessoramento será estipulada nos planos de carreira dos servidores municipais ou em leis especiais, devendo-se observar: I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade da função de confiança; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos.

Assim, não há alternativa correta considerando a nova redação.

Fontes:

- Lei Complementar nº 9/2017
- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, imperioso esclarecer que não há extrapolação do conteúdo do Edital, uma vez que a questão exige conhecimento sobre a Lei Orgânica do Município, que por sua vez no art. 13, III, indica que:

Art. 13. Ao Município é vedado:

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

Corroborando com esse entendimento, o STF tem posicionamento que é inconstitucional lei estadual que isenta servidores públicos da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela Administração Pública local, privilegiando, sem justificativa razoável para tanto, um grupo mais favorecido social e economicamente, vide ADI 5818.

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município
- STF ADI 5818

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão traz a informação que Tício foi aprovado em concurso público, nomeado, que as funções são incompatíveis e ilegais de serem cumuladas. Por sua vez, o caput do art. 53 menciona que a conservação no cargo fica dispensada por 15 dias é dispensada em caso de proibição legal.

Logo, não se aplica a faculdade prevista no parágrafo único da normal:

Art. 51 A exoneração de Servidor ocupante de cargo em comissão dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio Servidor.

Art. 53 O Servidor que solicitar exoneração nos termos do inciso II do artigo 51, deverá conservar-se em exercício, salvo proibição legal, durante 15 (quinze) dias após a apresentação do pedido.

Parágrafo único - Não havendo prejuízo para o serviço, a critério do chefe da repartição, a permanência do Servidor durante o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser dispensada.

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Sustentam os recorrentes que a Receita Corrente Líquida importa no valor de R\$ 970.000,00.

Em verdade, razão lhes assiste, senão vejamos com base nos cálculos abaixo:

FPM - Fundo de Part. dos Municípios	200.000,00
Cota-Parte ICMS	120.000,00
COSIP - Contribuição de Custeio da Iluminação Pública	40.000,00
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana	300.000,00
Multas Administrativas	20.000,00
ISSQN - Imposto sobre Serviços	240.000,00
Contribuições de Melhoria	30.000,00
Taxas de Coleta de resíduos sólidos	20.000,00
Compensação financeira entre regimes previdenciários	30.000,00
RECEITA CORRENTE	R\$ 1.000.000,00
(-) Compensação financeira entre regimes previdenciários	(R\$ 30.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 970.000,00

À exceção da Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e das Operações de Crédito, que são receitas de capital, todas as outras são correntes e importam em R\$ 1.000.000,00. Contudo, em obediência ao art. 2º, IV, "c" da LRF, as compensações financeiras entre regimes previdenciários, no valor de R\$ 30.000,00 devem ser excluídas deste valor para se encontrar a Receita Corrente Líquida, parâmetro fiscal eleito pela LRF.

Assim, as alegações merecem acolhimento, devendo o gabarito preliminar **ser alterado** da alternativa C para A.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de

finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeiro lugar, há que se esclarecer que, para o cômputo da Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do limite imposto pela LRF há que se considerar o seguinte:

LRF. Art. 18 (...).

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

Conforme preconiza a Lei nº 4.320/1964, é no estágio da liquidação que ocorre a verificação do direito líquido e certo do credor (no caso os agentes públicos do Município) quanto ao recebimento pelos serviços prestados.

O valor da Despesa Total de Pessoal do Município abrange todas as despesas correntes classificadas no grupo de natureza de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, num total de 580.000,00 – importante destacar que devem ser somados os valores da coluna “liquidados e pagos”, por força do art. 18, §2º da LRF -, senão vejamos:

Dotação	Elemento da Despesa	Valor Liquidado e Pago
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	135.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	80.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	285.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	80.000,00

De se mencionar que não há qualquer necessidade de menção expressa a “tal contratação/locação foi para substituição de servidores e empregados públicos”, uma vez que as rubricas já se encontram classificadas no GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais.

Assim, a alegação dos candidatos não merece acolhimento, devendo o recurso ser indeferido e o gabarito mantido inalterado.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Temos que a RCL do Município no exercício é de R\$ 970.000,00:

FPM - Fundo de Part. dos Municípios	200.000,00
Cota-Parte ICMS	120.000,00
COSIP - Contribuição de Custeio da Iluminação Pública	40.000,00
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana	300.000,00
Multas Administrativas	20.000,00
ISSQN - Imposto sobre Serviços	240.000,00
Contribuições de Melhoria	30.000,00
Taxas de Coleta de resíduos sólidos	20.000,00
Compensação financeira entre regimes previdenciários	30.000,00
RECEITA CORRENTE	R\$ 1.000.000,00

(-) Compensação financeira entre regimes previdenciários	(R\$ 30.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 970.000,00

A Despesa Total com Pessoal, por sua vez, é de R\$ 580.000,00:

Dotação	Elemento da Despesa	Valor Liquidado e Pago
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	135.000,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	80.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	285.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	80.000,00

Desta feita, verifica-se que o Município está comprometendo 59,79% da sua RCL com despesas de pessoal. Tal percentual está abaixo do teto máximo de 60% previsto no art. 19, III da LRF, mas está acima do limite prudencial de 57% (60% * 0,95).

Portanto, é correta a afirmativa de que o Município não ultrapassou o teto máximo da Despesa Total com Pessoal permitido pela LRF, mas está acima do limite prudencial, contida na alternativa D.

Assim, a alegação do candidato não merece acolhimento, devendo o recurso ser indeferido e o gabarito mantido inalterado.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos a redação da Lei nº 4.320/1964, que rege o tema dos Créditos Adicionais em caráter nacional:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Ora, vê-se que a Lei não se refere a resultado financeiro ou superávit patrimonial, mas sim especificamente a superávit financeiro, que é uma variável estoque, e nenhuma relação tem com superávit patrimonial.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos o conteúdo programático divulgado para o cargo de Auditor Fiscal:

*AUDITOR FISCAL: (...) ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS - 7. Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF; os mecanismos de planejamento no contexto da LRF, controle do gasto e a LRF-pessoal, terceirização e dívida. transparência e responsabilização. **Crimes contra a administração pública.** Ajuste Fiscal; Contas Públicas - Déficit Público; Resultado primário, nominal e operacional; Necessidades de financiamento do setor público. (grifos nossos)*

Ora, o tema é expressamente previsto no Edital, e, sendo o Código Penal a única norma de caráter nacional que trata do

assunto, é indubitável que seu conhecimento se faz necessário para a prova em questão. O crime de concussão é unicamente definido neste diploma e, mesmo que não esteja literalmente fixado no Edital, a mera menção a “crimes contra a administração pública” valida sua utilização:

Título XI - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Concussão

*Art. 316 - **Exigir**, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:*

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (grifos nossos)

Assim, a alegação do candidato não merece acolhimento, devendo o recurso ser indeferido e o gabarito mantido inalterado.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fundamento e o julgamento correto de cada assertiva é a seguir apresentado:

- Afirmativa I: verdadeira
 - Art. 103, §5º, II, L14133/2021.
- Afirmativa II: falsa
 - Art. 156, §2º, I, CF/88.
- Afirmativa III: verdadeira
 - Art. 113, CTN.

Cargo: Auxiliar Administrativo

BRANCA	VERDE
01	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No conto “A cartomante”, o narrador não tem qualquer tipo de participação no enredo da história. Trata-se de um narrador observador e não personagem. Isso se pode comprovar por meio de estratégias linguísticas como o uso de pronomes e verbos de terceira pessoa, como “sua” e “ele”; “queria” e “tivesse”. É interessante chamar atenção para o fato de que, no trecho a seguir, tem-se a impressão de que o narrador é solidário com a personagem principal, justificando, inclusive, sua falta de dinheiro; observe: “Queria fugir, fugir para bem longe, onde a sua miséria atual não tivesse o realce da prosperidade passada; mas, como fugir? Onde havia de buscar dinheiro que o transportasse, a ele, a mulher e aos filhos? Viver assim era terrível! Preso à sua vergonha como a uma calceta, sem que nenhum código e juiz tivessem condenado, que martírio!”. No conto, a situação miserável, gerada pela falta de emprego ou outro meio de ganhar dinheiro, é o conflito da história. O fato que desencadeia a complicação, que deverá ser identificado pelo aluno como resposta para esta questão, é o momento em que o personagem decide tomar uma atitude: procurar uma cartomante para descobrir o que atrapalhava sua vida. Nota-se que o desenrolar dessa ação caminha para a parte que desperta maior perturbação da narrativa (clímax), que é o momento em que o personagem descobre ser a cartomante sua própria mulher. Outro fator interesse é que o dinheiro era curto, mas a vontade de vencer era grande; o marido fica em dúvida se usa o dinheiro para as despesas da casa ou se arrisca pagar uma cartomante para lhe predizer a sorte. Finalmente se decide pela cartomante. Vai ao endereço que um amigo lhe dera com boas recomendações a respeito da sapiência da cartomante. Compra o ingresso. Entra na fila e fica esperando sua vez de ser atendido. Chega sua vez. Entra na sala em penumbra, senta-se diante da mulher de turbante, ansioso para que ela lhe indique o número da sorte e então ele reconhece a própria esposa vestida de cartomante.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
03	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “moura”, tendo em vista o contexto textual, significa: que trabalha com afinco; laboriosa; esforçada; dedicada. Entretanto, as demais associações estabelecidas para análise estão corretas: algibeira – bolsa; bolso; mandinga – feitiçaria; bruxaria; e, abastança – abundância; riqueza.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
04	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A metáfora ocorre quando um termo substitui outro devido a uma relação de semelhança entre eles. Um exemplo pode ser observado na passagem do texto em que se relata que a vida da personagem era “trabalhada pela mandinga”. Nessa passagem, a construção é utilizada com o sentido de “lançar uma feitiçaria em alguém”, o que demonstra um uso novo para o verbo “trabalhar”. Dessa forma, conclui-se, portanto, que a transcrição textual “Não quis procurar outra; era aquela, pois já adquirira a convicção de que aquela sua vida vinha sendo trabalhada pela mandinga de algum preto-mina, [...]” apresenta, de forma clara, um exemplo de metáfora.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
05	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No conto “A cartomante”, a situação miserável, gerada pela falta de emprego ou outro meio de ganhar dinheiro, é o conflito da história. O fato que desencadeia a complicação, que deverá ser identificado pelo candidato como resposta para esta questão, é o momento em que o personagem decide tomar uma atitude: procurar uma cartomante para descobrir o que atrapalhava sua vida. Nota-se que o desenrolar dessa ação caminha para a parte que desperta maior perturbação da narrativa (clímax), que é o momento em que o personagem descobre ser a cartomante sua própria mulher.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE
06	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conjunções coordenativas conclusivas estabelecem relação de conclusão. As principais conjunções coordenativas conclusivas são: “portanto”, “então”, “assim”, “logo”.

Observe a diferença entre: pois (conjunção conclusiva) e pois (conjunção explicativa):

- pois (depois do verbo) = conjunção conclusiva: “O relógio é de ouro; não enferruja, pois”.
- pois (antes do verbo) = conjunção explicativa: “Consegui a aprovação, pois estudou como nunca fizera antes”.

Dessa forma, a oração destacada em “Não quis procurar outra; era aquela, pois já adquirira a convicção de que aquela sua vida vinha sendo trabalhada pela mandinga de algum preto-mina, [...]” expressão ideia de explicação. Em “Se não fossem as costuras da mulher, não sabia bem como poderia ter vivido até ali”, a oração destacada dá ideia de condição; e, em “Havia muitos videntes, espíritos, teósofos anunciados; mas simpatizou com uma cartomante, [...]”, a oração sublinhada exprime contraste, oposição.

Fonte:

- Mira Mateus et al., Gramática da Língua Portuguesa. Caminho, pp. 780.

BRANCA	VERDE
07	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O “advérbio” tem a função de modificar o verbo, adjetivo ou outro advérbio, intensificando o seu sentido. É uma classe gramatical cujas palavras são invariáveis, isto é, não podem ser flexionadas em gênero (masculino/feminino), número (singular/plural) ou grau (aumentativo/diminutivo). Existe uma exceção apenas em relação aos advérbios de intensidade, que são modificados quanto ao grau. Advérbio de modo: explica a maneira como determinada ação foi feita ou alguma característica. Os advérbios de modo mais comuns são: bem; mal; melhor; pior; assim; aliás; depressa; devagar; como; sobretudo; quase; assim; ao léu; às claras; às pressas; à toa; à vontade; às escondidas; aos poucos; desse jeito; desse modo; etc. A maioria das palavras também são terminadas em “-mente”.

Fonte:

- Mira Mateus et al., Gramática da Língua Portuguesa. Caminho, pp. 780.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes de um pronome possessivo: antes dos pronomes possessivos (meu; minha; teu; seu; por exemplo) pode-se optar ou não pelo uso da crase. No entanto, nos demais casos apresentados para análise, o uso da crase é obrigatório.

Fonte:

- Mira Mateus et al., Gramática da Língua Portuguesa. Caminho, pp. 780.

BRANCA	VERDE
09	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “pitonisa”, de acordo com o contexto em que se encontra empregada, significa: sacerdotisa de Apolo; profetisa; vidente; bruxa (sentido jocoso); cartomante. “Beata”, no entanto, significa: devota; abençoada.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE
10	05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Clareza: este atributo é classificado como sendo uma qualidade básica que deve estar contida em todos os textos oficiais. Mas convenhamos, a clareza não tem que estar presente apenas nas comunicações oficiais, mas em todo e qualquer texto e diálogo do nosso dia a dia. Um texto é considerado claro quando o leitor consegue compreendê-lo imediatamente, não possuindo qualquer passagem obscura ou situação que dificulte a sua compreensão. Em outras palavras, não se admite que uma comunicação oficial não seja compreendida pelos cidadãos. Dessa maneira, é obrigatório que se evite usar uma linguagem que dificulte a compreensão pela população dos textos oficiais, como regionalismos, neologismos, jargões, siglas não explicadas, estruturas e vocabulários muito complexos. Há algumas sugestões citadas pelo próprio manual para que um texto seja redigido de forma clara, como: utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área; usar frases curtas, bem estruturadas; apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas; buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto; não utilizar regionalismos e neologismos; pontuar adequadamente o texto; explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela; utilizar palavras e expressões em outro idioma apenas quando indispensáveis.

Objetividade: permite que o leitor do texto oficial tenha um contato direto com o assunto principal do documento, permitindo a rápida obtenção de informações através da leitura. De modo a redigir um texto objetivo, é essencial que ele foque diretamente no assunto principal, sem rodeios e prolixidades. Para isso, torna-se importante que o escritor do texto saiba com antecedência quais são as informações principais a serem passadas pelo documento, bem como as secundárias.

Fonte:

- Manual de Redação da Presidência da República.

BRANCA	VERDE
11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pergunta a diferença entre o número de automóveis e de motocicletas atendidos pelo operador, que atendeu um total de 38 veículos, todos das categorias motocicleta ou automóvel.

Considere que M é o número de motocicletas atendidas e C é o número de automóveis atendidos. Assim:

$$M + C = 38 \rightarrow C = 38 - M$$

$$3,5M + 5C = 170,5$$

Substituindo-se o valor de C na segunda equação:

$$3,5M + 5(38 - M) = 170,5$$

$$M = 13 \text{ e } C = 25$$

Portanto, a diferença é $25 - 13 = 12$ unidades.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta uma situação em que uma personagem recebe uma encomenda de 100 unidades de panetones, cada um com 100 gramas de massa. Porém, ocorreu uma necessidade de aumentar em 25% a quantidade de panetones, mas sem que se altere a quantidade de massa total inicialmente produzida pela personagem.

Assim, havia $100 \times 100 = 10.000$ gramas de massa para a produção de 100 panetones. Após a alteração citada no item, o número de panetones passou a ser 125 unidades com os mesmos 10.000 gramas de massa, o que implicará em uma redução no peso de cada unidade.

Logo, cada panetone deverá ter $10.000/125 = 80$ gramas de massa cada.

Por fim, sabe-se que a alteração de 100 gramas para 80 gramas representa uma redução de 20% no peso inicial de cada panetone.

BRANCA	VERDE
15	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado deixa claro que a referida economia ocorre quando da comparação entre os dois veículos, isto é, ao trocar de veículo, a personagem passará a gastar menos gasolina do que gastaria com o veículo antigo.

BRANCA	VERDE
20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda “Qual combinação de teclas é responsável por minimizar ou restaurar todas as janelas abertas e mostrar ou ocultar a área de trabalho no Windows”, a combinação de teclas que possui esse comportamento é “Tecla de logotipo do Windows + D”. Existe combinação semelhante, porém não possui a mesma funcionalidade “Tecla de logotipo do Windows + M”, que somente mostra a área de trabalho minimizando todas as janelas. Sendo assim a alternativa correta é “A) Tecla do logotipo do Windows + D”.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec>

BRANCA	VERDE
28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se solicita no comando, o candidato deverá identificar qual a “hipótese de interrupção do quinquênio” deve ser considerada por Maria, diante de seu desejo de gozar as férias-prêmio. Na situação, o que se espera é que o candidato consiga reconhecer, dentre as alternativas dadas, aquela que compreende uma causa de interrupção. Conforme previsto no art. 72, inciso III, são causas de interrupção do quinquênio, o gozo de licença, no curso do período aquisitivo, para tratar de interesses particulares. Desta feita, está correto o gabarito publicado, não havendo que se falar em incorreção da questão.

Fonte:

- Lei nº 2.137 de 08 de abril de 2008.

BRANCA	VERDE
32	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ofício, o aviso e o memorando são expedientes que se diferenciavam mais pela finalidade do que pela forma: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e, c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Com o objetivo de uniformizá-los, foi adotado para os três a nomenclatura e diagramação únicas de padrão ofício. A finalidade distinta de cada um dos expedientes abolidos foi mantida, entretanto elaborados agora sobre uma mesma formatação e nomenclatura. Dessa forma, considerando o Manual de Redação da Presidência da República (2018), a alternativa correta é a “A) passou a utilizar o termo “ofício” nas três situações; adotou diagramação semelhante; manteve a distinção quanto à finalidade para qual se destinam”. Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: 2018.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- ORZIL, C. **Novo manual de redação oficial comentado**. Salvador: JusPodvim, 2019.

BRANCA	VERDE
33	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O memorando constitui-se em um gênero textual utilizado nas comunicações internas rotineiras entre setores internos de instituições, empresas e órgãos públicos com a finalidade de transmitir informações e tratar de assuntos de forma desburocratizada, prezando por uma linguagem concisa, formal e impessoal. Tem basicamente dois tamanhos de memorando: um mais sintético, geralmente elaborado em meia folha de papel A4, e outro, em folha inteira, se necessário mais esclarecimentos. A circular é um gênero textual remetido a diferentes órgãos, setores ou destinado a toda a instituição, com a finalidade de transmitir notícias, ordenar, avisar ou instruir acerca de assuntos relativos a instituição, empresa ou órgão público empresa, que sejam de interesse comum (GOLD, 2017; DINTEL, 2011). A circular e o memorando são gêneros textuais que se relacionam à comunicação interna de uma instituição, empresa ou órgão público. A principal diferença entre eles é o destinatário: a circular tem o objetivo de informar algo a todos os setores e funcionários de uma empresa, tendo uma temática mais geral; já o memorando tem como finalidade a comunicação entre setores da empresa, abordando assuntos mais específicos. Além disso, o memorando apresenta um modelo sintético e um modelo mais detalhado, enquanto a circular possui apenas um modelo (COSTA, 2012; GOLD, 2017). O Manual de Redação da Presidência da República (2018) aponta que: [...] “havia três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los [...] ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses”. Tal uniformização refere-se à redação oficial na administração pública apenas, enquanto a questão em voga trata da redação empresarial. Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: 2018.
- COSTA, N. P. **Documentos Empresariais: Informações Complementares da Comunicação Empresarial**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2012.
- DINTEL, Felipe. **Como escrever textos técnicos e profissionais**. Belo Horizonte: Gutenberg Editora, 2011.
- GOLD, M. **Redação empresarial**. 5 ed. São Paulo: Saraiva Uni: 2017.

BRANCA	VERDE
34	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Edital nº. 01/2023 – Prefeitura Municipal de Lúna/ES apresenta no conteúdo programático para os Cargos de Nível Médio, em “Conhecimentos Específicos dos Cargos”, para “Auxiliar Administrativo” o item “Processos de Departamento Pessoal: admissionais, demissionais, programação de férias, licenças, treinamentos e exames médicos”, sem definição de que se refere ao regime estatutário ou celetista, ou que deveria ser de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, o que implica na possibilidade de ambos serem explorados, e, sendo o conteúdo relacionado ao departamento pessoal define a necessidade de conhecimento tanto da CLT quanto do Regime Estatutário.

No que tange ao disposto na CLT, art. 14, as férias deverão ser concedidas em um período de 30 dias, mas se houver concordância do empregado, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo um deles igual ou maior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. Dentre as opções da questão:

Dentre as opções apresentadas temos:

A) 1º período = 19 dias; 2º período = 8 dias; 3º período = 3 dias – total de 30 dias; está incorreta pois o 3º período é inferior a 5 dias.

B) 1º período = 14 dias; 2º período = 10 dias; 3º período = 6 dias – total de 30 dias; está correta e corresponde ao gabarito.

C) 1º período = 12 dias; 2º período = 10 dias; 3º período = 8 dias – total de 30 dias; está incorreta pois o 1º período é inferior a 14 dias.

D) 1º período = 13 dias; 2º período = 4 dias; 3º período = 13 dias – total de 30 dias; está incorreta pois o 1º e 3º períodos são inferiores a 14 dias e o 2º período é inferior a 5 dias.

A contagem do período de férias inicia-se no primeiro dia de gozo, como na opção B por exemplo: é incluído o dia 20/12/2021 e o dia 02/01/2022 na contagem.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- CASAGRANDE, Y. G. **Administração de pessoal:** rotinas trabalhistas. São Paulo: Cubo Evoluir, 2019.
- SILVA, E. M. L. **Manual do profissional do departamento pessoal.** 2 ed. São Paulo: Liberdade do Saber, 2022.

BRANCA	VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão em voga, o Capital Circulante Líquido inicial era resultante de:

AC de R\$ 5.000,00 – PC de R\$ 3.000,00 = CCL de R\$ 2.000,00

O comando solicita sua alteração para R\$ 2.500,00, considerando as opções apresentadas, que se resumem a: A) Aumentar R\$ 500,00 no Ativo Circulante; B) Reduzir R\$ 700,00 no Ativo Circulante; C) Aumentar R\$ 800,00 no Passivo Circulante; D) Reduzir R\$ 400,00 no Passivo Circulante.

Assim:

	A)	B)	C)	D)
AC	R\$ 5.500,00	R\$ 4.300,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
(-) PC	(R\$ 3.000,00)	(R\$ 3.000,00)	(R\$ 3.800,00)	(R\$ 2.600,00)
CCL	R\$ 2.500,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00

A alternativa correta é a “A)”, que consiste no aumento do Ativo Circulante em R\$ 500,00.

Portanto a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- ASSAF NETO, A; LIMA, F. GUASTI. **Curso de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2009.

- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Hall, 2009.
- LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M; CHEROBIM, P. M. S. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas financeiras. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRANCA	VERDE
39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Método Alfabético (método básico) é um método básico, simples e direto de arquivamento, no qual as fichas ou pastas são dispostas em ordem rigorosamente alfabética, respeitadas as regras gerais para alfabetação.

1. **Nos nomes de pessoas físicas, considera-se o último sobrenome e depois o prenome:** Rita Guimarães, Juvenal Cavalcante, Maria Silveira, Pedro Lima - *arquivam-se* Cavalcante, Juvenal; Guimarães, Rita; Lima, Pedro; Silveira, Maria. (havendo sobrenomes iguais, prevalece a ordem alfabética do prenome);

2. Sobrenomes compostos de um substantivo e um adjetivo ou ligados por hífen não se separam: Heitor Villa-Lobos; Carlos Montes Altos; Marília Morro Azul; Sílvia Praia Vermelha - *arquivam-se* Montes Altos, Carlos; Morro Azul, Marília; Villa-Lobos, Heitor; Praia Vermelha, Sílvia

3. Os sobrenomes que exprimem grau de parentesco como Filho, Júnior, Neto, Sobrinho são consideradas parte integrante do último sobrenome, mas não considerados na ordenação alfabética: Marco Antônio Neto, Maria José Sobrinho, Silvia Maria Filho - *arquivam-se* Antônio Neto, Marco; José Sobrinho, Maria; Maria Filho, Silvia;

4. O arquivamento alfabético pode ser feito pelo prenome ou penúltimo sobrenome, quando corresponder à necessidade de localização por tal critério em função de, por exemplo, corresponder ao sobrenome de família do pai.

Ressalta-se que, em casos de utilização do método alfabético considerando o prenome ou o primeiro nome, como é normal no caso de pessoas jurídicas, são destacadas tais observações, tendo em vista que, o mesmo de forma geral, no caso do nome de pessoas físicas, a classificação alfabética é feita a partir do último sobrenome.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Cargo: Contador

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a análise do trecho sublinhado em “Para melhorar os índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas, é fundamental um esforço coordenado entre os setores público e privado, juntamente com organizações de catadores.” (13º§). A partir dessa consideração seguem as análises das alternativas:

O trecho expressa uma condição para a ocorrência dos esforços entre os setores público e privado com organizações de catadores: esta afirmativa está incorreta, pois para que o trecho sublinhado expresse ideia de condição, seria necessário a presenta de expressões como se, contanto que, salvo que, desde que, etc. Como: Se os setores público e privado com organizações de catadores se esforçassem, haveria melhoria nos índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas.

O trecho expressa uma ideia oposta ao que foi exposto anteriormente: a afirmativa está incoerente, pois as orações que expressam oposição são introduzidas por conjunções adversativas como: mas, porém, contudo, entretanto, etc.

O trecho apresenta uma explicação para a afirmativa contida no trecho seguinte. Esta alternativa também é incorreta, pois não apresenta justificativa ou explicação. Não há, no trecho, palavras que nos remetem à ideia de explicação. Palavras como: porque, pois, que, etc, introduzem ideia de explicação.

O trecho expressa a finalidade do esforço coordenado entre os setores público e privado com organizações de

catadores: alternativa correta. O trecho inicia-se com a expressão "para que" que pode ser substituída por "a fim de que". Temos nesse fragmento o resultado de uma ação, o objetivo que será alcançado, portanto, esta é a alternativa correta.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O trecho sublinhado em [...]existem diferentes tipos de plásticos, com diferentes composições químicas[...] exerce a função de sujeito do verbo existir, tanto que o verbo está flexionado na terceira pessoa do plural para concordar com o seu sujeito, além disso, o verbo é intransitivo. Observe: diferentes tipos de plásticos, com diferentes composições químicas, existem.

"Isso envolve investimentos direcionados para aprimorar a infraestrutura de reciclagem[...]" O pronome isso tem a função de sujeito do verbo envolver. Portanto é a alternativa correta. O que é que envolve? Isso.

"Em 2022, o Brasil gerou aproximadamente 13,7 milhões de toneladas de resíduos plásticos nas cidades[...]" O trecho é complemento do verbo gerar que é transitivo direto, portanto, o trecho sublinhado exerce a função de objeto direto.

"A baixa conscientização da população sobre a importância da separação adequada e da reciclagem é outro fator importante." O trecho sublinhado se liga ao sujeito através do verbo ser, portanto é predicativo do sujeito.

"No Brasil, cada pessoa produz, em média, 343 quilos de resíduos sólidos por ano, totalizando cerca de 80 milhões de toneladas anualmente." "No Brasil" é adjunto adverbial.

A alternativa correta é: "Isso envolve investimentos direcionados para aprimorar a infraestrutura de reciclagem[...]"

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve casos específicos de concordância nominal. Assim, seguem as análises das alternativas:

O público ficou entusiasmado com a música italiana e a portuguesa: o substantivo pode permanecer no singular quando há a repetição do determinante antes de cada adjetivo. Neste exemplo, ocorre a presença do determinante "a" antes de "portuguesa".

Os alunos já encerraram o primeiro e o segundo períodos: a concordância está correta, pois os adjetivos ordinais antepostos ao substantivo aceitam a situação retratada na alternativa.

O homem apresentava expressão e figurino delicado: a concordância está adequada, visto que o adjetivo concorda com o substantivo mais próximo. Outra opção seria o adjetivo ficar no masculino plural.

O médico disse que vitamina é boa para a minha recuperação: esta alternativa está INCORRETA. Quando o substantivo não for precedido de artigo, a expressão é invariável. O correto seria: O médico disse que vitamina é bom para a minha recuperação. Para que a alternativa estivesse correta, o artigo "a" deveria vir antes de vitamina.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão Anulada.

"A fração orgânica é a mais significativa, representando 46% do total, enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico[...]" As vírgulas separam o gerúndio que vem antes da oração principal, portanto, seu uso é obrigatório.

"Além do excesso de resíduos plásticos gerados pela população brasileira, outro grande problema é a sua baixa taxa de reciclagem[...]" - a vírgula é obrigatória para separar orações na ordem indireta.

"Para melhorar os índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas, é fundamental um esforço coordenado entre os setores público e privado[...]" O uso da vírgula é obrigatório para separar uma oração subordinada adverbial final na ordem indireta.

"Em muitos casos, o custo de reciclar plásticos pode superar o de produzir novos a partir de matéria-prima virgem. " A vírgula foi usada para isolar adjunto adverbial anteposto. Mesmo que a vírgula é opcional neste exemplo, visto que o adjunto adverbial é formado por três palavras, o seu uso se justifica por ser adjunto adverbial deslocado. Assim, por apresentar a mesma justificativa que a letra D, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece as seguintes informações:

- Alana e Júlia não escolheram a Estação das Docas.
- Felícia e Deborah não escolheram o Mercado Ver-o-Peso e nem o Forte do Presépio.
- Deborah não escolheu o Mangal das Garças.
- Alana não escolheu o Mercado Ver-o-Peso.

De acordo com essas informações, pode-se montar o seguinte esquema lógico.

	Estação	Ver-o-Peso	Forte	Mangal
Alana	n	n	s	n
Felícia	n	n	n	s
Deborah	s	n	n	n
Julia	n	s	n	n

Assim, Alana escolheu o forte do presépio.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca esclarece que o item aborda os conhecimentos referentes a conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware, abordando especificamente características de memórias **não voláteis**, como o disco rígido. O comando da questão é claro ao solicitar o apontamento da única opção de resposta que **NÃO** apresenta uma característica desse tipo de memória, através do comando EXCETO. Considerando esse esclarecimento, todas opções apresentam características válidas para esse tipo de memória, exceto *“É mais cara por tamanho de unidade se comparada à memória volátil.”*, pois memórias **não voláteis** possuem preços **inferiores** a memórias voláteis por tamanho de unidade. Considerando os argumentos apresentados a banca julga o recurso **improcedente** mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://acervolima.com/diferenca-entre-memoria-volatil-e-memoria-nao-volatil/>

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca esclarece que o item aborda os conhecimentos sobre noções de sistemas Windows solicitando a sequência de ações, a partir do pressionamento das teclas de atalho **Windows + I** no Windows 11, para alterar a velocidade do ponteiro do mouse. A ação desejada é obtida pressionando o atalho apresentado no comando do item, clicando em *Bluetooth e dispositivos*, clicando em *mouse* e, em seguida, ajustando a velocidade no controle deslizante da opção *“Velocidade do apontador do mouse”*. Considerando os argumentos apresentados a banca julga o recurso **improcedente** mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://www.adrenaline.com.br/tutorial/windows-11-como-fazer-para-mudar-a-velocidade-do-ponteiro-do-mouse/>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O processo administrativo é marcado por maior flexibilidade e informalidade em comparação ao processo judicial. Por essa razão, a própria Lei nº 9.784/1999 estabelece que as formalidades devem ser aplicadas na medida em que protejam os direitos dos particulares e que devem ser adotadas formas simples e suficientes para conferir segurança aos administrados.

O controle judicial no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo.

A atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo em matéria disciplinar é medida excepcional, cabendo à autoridade competente para julgamento o juízo acerca de sua concessão, portanto, não basta somente o fundamento da presunção de legitimidade dos atos administrativos para não atribuí-lo ao recurso.

Sendo assim, o gabarito da questão encontra-se respaldado pelo Art. 64 da norma supramencionada, *in verbis*.

“Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.”

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 1032). Editora Saraiva.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os candidatos sustentam que a afirmativa III estaria incorreta, de modo que não há alternativa correta para responder a questão, logo deve ser anulada a questão.

Sem razão.

A afirmativa III reproduz o teor do 196, 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna. Imperioso esclarecer que a acareação é um procedimento cuja finalidade é a apuração da verdade, ou seja, confrontação das testemunhas até que se chegue às alegações e afirmações verdadeiras.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A Lei Complementar nº 9/2017 alterou a redação do art. 114 do Estado dos Servidores Públicos de Lúna, de modo que a gratificação pelo desempenho de direção, chefia e assessoramento será estipulada nos planos de carreira dos servidores municipais ou em leis especiais, devendo-se observar: I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade da função de confiança; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos.

Assim, não há alternativa correta considerando a nova redação.

Fontes:

- Lei Complementar nº 9/2017
- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No caso em tela não há a aplicação da legislação Estadual, mais especificamente a Lei Complementar nº 146, de 04 de maio de 1999, contudo a Lei Orgânica do Município de Lúna/ES, em especial o art. 10, inciso III que menciona que:

Art. 10. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

III - criar, organizar e suprimir distritos;

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Lúna/ES.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, imperioso esclarecer que não há extrapolação do conteúdo do Edital, uma vez que a questão exige conhecimento sobre a Lei Orgânica do Município, que por sua vez no art. 13, III, indica que:

Art. 13. Ao Município é vedado:

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

Corroborando com esse entendimento, o STF tem posicionamento que é inconstitucional lei estadual que isenta servidores públicos da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela Administração Pública local, privilegiando, sem justificativa razoável para tanto, um grupo mais favorecido social e economicamente, vide ADI 5818. Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município
- STF ADI 5818

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão traz a informação que Tício foi aprovado em concurso público, nomeado, que as funções são incompatíveis **e ilegais de serem cumuladas**. Por sua vez, o caput do art. 53 menciona que a conservação no cargo fica dispensada por 15 dias é dispensada em caso de proibição legal.

Logo, não se aplica a faculdade prevista no parágrafo único da normal:

Art. 51 A exoneração de Servidor ocupante de cargo em comissão dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio Servidor.

Art. 53 O Servidor que solicitar exoneração nos termos do inciso II do artigo 51, deverá conservar-se em exercício, salvo proibição legal, durante 15 (quinze) dias após a apresentação do pedido.

Parágrafo único - Não havendo prejuízo para o serviço, a critério do chefe da repartição, a permanência do Servidor durante o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser dispensada.

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta uma operação onde uma Prefeitura Municipal recebeu do Governo Federal o valor de R\$ 100.000,00 referente à transferência constitucional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Considerando apenas estas informações, assinale a opção que apresenta um dos lançamentos contábeis a ser realizado.

De acordo com a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (p. 69) a contabilização do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) envolve os seguintes lançamentos:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 4.5.2.x.x.xx.xx Transferências Intergovernamentais

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

D 6.2.1.3.x.xx.xx * Dedução da Receita Realizada (FPM)

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Obs.: * Dedução de FPM – Retificadora da Receita Orçamentária Realizada.

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos

Desta forma a única opção que apresentou um dos lançamentos listados no MCASP foi a:

Natureza da informação: patrimonial

A	D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)	R\$ 100.000,00
	C 4.5.2.x.x.xx.xx Transferências Intergovernamentais	R\$ 100.000,00

Considerando que a questão apresenta uma situação na qual o candidato deveria apresentar um dos lançamentos correto a ser realizado no caso citado, após uma cuidadosa análise e avaliação, decide-se pela improcedência do recurso e manutenção do gabarito.

Fonte:

- BRASIL. Secretária do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. ed. 9, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta uma situação-problema a ser analisada pelo candidato à luz das técnicas de análise de liquidez. Para tanto, apresentou-se as seguintes informações: Determinada empresa comercial, participante de um processo licitatório para fornecimento de produtos de higiene e limpeza para uma Prefeitura Municipal, apresentou as seguintes informações em seu Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	172.088,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	152.909,00
Clientes	12.086,00
Estoques	6.902,00
Despesas Antecipadas	191,00
Ativo não Circulante	877.279,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	67.749,00
Investimentos	25.667,00
Imobilizado	783.863,00
Ativo Total	1.049.367,00
Passivo Circulante	26.945,00
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.691,00
Empréstimos e Financiamentos	884,00
Fornecedores	11.282,00
Obrigações Fiscais	380,00
Demais Obrigações	11.708,00
Passivo não Circulante	39.469,00
Empréstimos e Financiamentos	28.802,00
Fornecedores	10.667,00
Patrimônio Líquido	982.953,00

Capital Social	200.000,00
Reservas de Lucros	782.953,00
Passivo Total	1.049.367,00

A partir dos dados apresentados e considerando os Indicadores de liquidez, as 4 (quatro) alternativas apresentavam valores aproximados do índice de liquidez corrente, considerando os dados apresentados no Balanço Patrimonial. A literatura que discute o tema Análise das Demonstrações Contábeis, usando como base Assaf Neto e Lima (2017) defendem que o índice de liquidez corrente mede a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja, de cada R\$ 1,00 aplicado em haveres e direitos circulantes, quanto a empresa deve também a curto prazo, sendo mensurado pela seguinte equação:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Considerando os dados apresentados na questão acima, temos:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{172.088,00}{26.945,00}$$

$$\text{Liquidez corrente} = 6,3866 \text{ arredondando para } 6,39$$

Considerando que a questão apresenta uma situação-problema na qual o candidato deveria mensurar e indicar a opção que apresentava corretamente o índice de liquidez corrente, após uma cuidadosa análise e avaliação, decide-se pela improcedência do recurso e manutenção do gabarito.

Fonte:

- ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Guasti, F. Fundamentos de Administração Financeira, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que o candidato indique a alternativa que apresenta um fluxo de caixa relacionado às atividades de investimento:

De acordo com a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (p. 531) os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de investimento:

- pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;
- recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
- pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
- recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
- adiantamentos em caixa e empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira pública);
- recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos concedidos por instituição financeira pública);
- pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os recebimentos forem classificados como atividades de

financiamento.

De todas as alternativas apresentadas na questão, apenas a Alternativa “D” apresentava corretamente um Fluxo de Caixa de investimento: Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo.

A alternativa “B” apresenta “Amortização de empréstimos e financiamentos que foram **contraídos**”, enquanto tanto a Norma Brasileira de Contabilidade quanto o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, falam em: recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos **concedidos** a terceiros.

Considerando que a questão apresenta uma situação na qual o candidato deveria apresentar uma alternativa que apresentasse um Fluxo de Caixa de Investimento, sendo apresentado corretamente apenas uma alternativa, após uma cuidadosa análise e avaliação, decide-se pela improcedência do recurso e manutenção do gabarito.

Fonte:

- BRASIL. Secretária do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. ed. 9, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União - TCU 2020,

A eficiência pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

A eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.

A efetividade refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população-alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção.

Considerando que a questão apresenta uma situação na qual o candidato deveria analisar as afirmações sobre o tema auditoria operacional, sendo apresentado 3 (três) afirmações corretas, após uma cuidadosa análise e avaliação, decide-se pela improcedência do recurso e manutenção do gabarito divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Secretária do Tesouro Nacional. Manual de auditoria operacional / Tribunal de Contas da União. -- 4.ed. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf

Cargo: Engenheiro Civil

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pronome reflexivo, pois pratica e sofre a ação ao mesmo tempo. O se, neste contexto, não pratica e sofre a ação ao mesmo tempo, pois o sujeito apenas sofre a ação. O plástico não tem o poder de realizar a ação de se destacar.

Índice de indeterminação do sujeito, pois o verbo destacar está flexionado na terceira pessoa do singular: alternativa incorreta, pois apesar de o verbo estar na terceira pessoa do singular, ele é transitivo direto. O índice de indeterminação do sujeito ocorre em verbos transitivos indiretos.

Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito sofre a ação: esta é a alternativa correta. [...]enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico, que constitui cerca de 17% dos RSU." O verbo destacar é transitivo direto (destacar o quê? / o plástico.). E admite a conversão: O plástico é destacado. A ideia do enunciado é que o plástico sofre a ideia de ser destacado.

Parte integrante do verbo: nessa situação, o "se" se liga a um verbo pronominal, ou seja, aquele verbo usado na forma pronominal e que normalmente exprime sentimentos ou mudança de estado (queixar-se, arrepender-se, etc). Nesse caso, mesmo não exercendo função, o pronome não pode ser excluído, pois é parte integrante do verbo. Assim, a alternativa correta é: Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito é que sofre a ação.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve casos específicos de concordância nominal. Assim, seguem as análises das alternativas:

O público ficou entusiasmado com a música italiana e a portuguesa: o substantivo pode permanecer no singular quando há a repetição do determinante antes de cada adjetivo. Neste exemplo, ocorre a presença do determinante “a” antes de “portuguesa.

Os alunos já encerraram o primeiro e o segundo períodos: a concordância está correta, pois os adjetivos ordinais antepostos ao substantivo aceitam a situação retratada na alternativa.

O homem apresentava expressão e figurino delicado: a concordância está adequada, visto que o adjetivo concorda com o substantivo mais próximo. Outra opção seria o adjetivo ficar no masculino plural.

O médico disse que vitamina é boa para a minha recuperação: esta alternativa está INCORRETA. Quando o substantivo não for precedido de artigo, a expressão é invariável. O correto seria: O médico disse que vitamina é bom para a minha recuperação. Para que a alternativa estivesse correta, o artigo “a” deveria vir antes de vitamina.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão Anulada.

"A fração orgânica é a mais significativa, representando 46% do total, enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico[...]" As vírgulas separam o gerúndio que vem antes da oração principal, portanto, seu uso é obrigatório.

"Além do excesso de resíduos plásticos gerados pela população brasileira, outro grande problema é a sua baixa taxa de reciclagem[...]" - a vírgula é obrigatória para separar orações na ordem indireta.

"Para melhorar os índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas, é fundamental um esforço coordenado entre os setores público e privado[...]" O uso da vírgula é obrigatório para separar uma oração subordinada adverbial final na ordem indireta.

"Em muitos casos, o custo de reciclar plásticos pode superar o de produzir novos a partir de matéria-prima virgem. " A vírgula foi usada para isolar adjunto adverbial anteposto. Mesmo que a vírgula é opcional neste exemplo, visto que o adjunto adverbial é formado por três palavras, o seu uso se justifica por ser adjunto adverbial deslocado. Assim, por apresentar a mesma justificativa que a letra D, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as afirmativas estão corretas. Vejamos:

O parágrafo único do art. 2º define os critérios que devem ser observados no processo administrativo federal. Vejamos:

- a) atuação conforme a lei e o direito – este critério aparece como corolário do princípio da legalidade, vez que administrar é aplicar a lei de ofício, não podendo o administrador fugir desses preceitos.
- b) atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei – a Administração deve sempre buscar o interesse público. Esse critério consagra, principalmente, os princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público.
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades – o Texto Constitucional (Art. 37, § 1º) veda a promoção pessoal. Inclusive a promoção pessoal é considerada ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração.

Fonte:

- ALEXANDRE MAZZA. Manual de Direito Administrativo (p. 1013). Editora Saraiva.

BRANCA
24

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A Lei Complementar nº 9/2017 alterou a redação do art. 114 do Estado dos Servidores Públicos de Lúna, de modo que a gratificação pelo desempenho de direção, chefia e assessoramento será estipulada nos planos de carreira dos servidores municipais ou em leis especiais, devendo-se observar: I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade da função de confiança; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos.

Assim, não há alternativa correta considerando a nova redação.

Fontes:

- Lei Complementar nº 9/2017
- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, imperioso esclarecer que não há extrapolação do conteúdo do Edital, uma vez que a questão exige conhecimento sobre a Lei Orgânica do Município, que por sua vez no art. 13, III, indica que:

Art. 13. Ao Município é vedado:

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

Corroborando com esse entendimento, o STF tem posicionamento que é inconstitucional lei estadual que isenta servidores públicos da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela Administração Pública local, privilegiando, sem justificativa razoável para tanto, um grupo mais favorecido social e economicamente, vide ADI 5818.

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município
- STF ADI 5818

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão traz a informação que Tício foi aprovado em concurso público, nomeado, que as funções são incompatíveis e ilegais de serem cumuladas. Por sua vez, o caput do art. 53 menciona que a conservação no cargo fica dispensada por 15 dias é dispensada em caso de proibição legal.

Logo, não se aplica a faculdade prevista no parágrafo único da normal:

Art. 51 A exoneração de Servidor ocupante de cargo em comissão dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio Servidor.

Art. 53 O Servidor que solicitar exoneração nos termos do inciso II do artigo 51, deverá conservar-se em exercício, salvo proibição legal, durante 15 (quinze) dias após a apresentação do pedido.

Parágrafo único - Não havendo prejuízo para o serviço, a critério do chefe da repartição, a permanência do Servidor durante o prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser dispensada.

Assim, resta mantido o gabarito preliminar.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo a fórmula de Francis, a vazão (em m³/s), pode ser calculada pela expressão: $Q = 1,838b\sqrt{H^3}$, sendo b a largura da abertura do vertedor (em metros) e h a altura do nível d'água sobre a crista do vertedor (também em metros).

Na questão em tela, a medida a montante no local onde foi cravada a estaca indica que $b = L = 2,0\text{ m}$ e $H = 0,35\text{ m}$, então $Q = 1,838 \cdot 2 \cdot \sqrt{0,35^3} = 0,761\text{ m}^3/\text{s} = 761\text{ litros/s}$.

De modo que, embora na presente questão tenha sido dado como alternativa apenas o valor em litros de vazão para cada segundo, não há qualquer dificuldade com as informações e respostas que inviabilize a resolução da questão.

Portanto, a banca entende como improcedentes os recursos apresentados para a questão.

Fontes:

- GRIBBIN, John E. *Introdução a Hidráulica, Hidrologia e Gestão de Águas Pluviais*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- GONÇALVES, Gabriel P. *Hidráulica*. Itaperuna: Instituto BEGNI, 2017. (e-book)

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Freitas (2021), o Perito em Engenharia é um profissional que entre outras atividades, pode ser acionado pela Justiça para apresentar provas admitidas como “prova pericial” no Código de Processo Civil Brasileiro - CPC, art. 464-480 (Brasil, 2015). Para Beleze (2014, p. 19), a prova pericial “é a realização da perícia propriamente dita, que será realizada por profissional especializado com a finalidade de suprir a falta de conhecimento técnico do magistrado sobre determinado assunto”. Conforme bem apresentado por Freitas (2021, pág. 9), o “perito judicial não é um funcionário público ou detentor de qualquer tipo de vínculo empregatício com o judiciário, mas sim um profissional liberal que se coloca à disposição para exercer o mister de perito”, ou seja, a perícia judicial também é uma provável atuação de um

profissional de Engenharia quanto ao papel de Perito (talvez a mais buscada pelos peritos).

De igual forma, um profissional de Engenharia pode exercer o papel de perito quando atuar como assistente técnico num processo civil. No artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu inciso LV, a carta magna disciplina que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. De forma que o Engenheiro pode atuar como perito judicial, quando convocado pelo Juiz, ou como assistente técnico, contratado por uma das partes, auxiliando a justiça a garantir o amplo direito à defesa e ao contraditório.

De acordo com Freitas (2021), estão corretas as afirmativas: I – “Tanto o perito judicial quanto o assistente técnico têm as mesmas prerrogativas e podem usar os meios disponíveis para analisar o objeto da perícia, vistoriando dependências do local de trabalho, registrando fotos, realizando medições, ou quaisquer outras ações pertinentes para que cheguem à conclusão necessária” (Freitas, 2021 – pág. 12); II – “O laudo do Perito Judicial deverá conter resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público, sendo permitido também às partes apresentar quesitos suplementares durante a perícia” (Freitas, 2021 – pág. 15); IV – “O parecer do assistente técnico é o meio que as partes possuem para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantindo a contraprova igualmente técnica, caso se sintam prejudicadas pelo laudo pericial” (Freitas, 2021 – pág. 12). Conforme a supracitada lei, a única afirmativa incorreta é a III – “Um profissional não poderá ser nomeado Perito Judicial se foi funcionário da empresa ré no processo há menos de dez anos”, pois o período de impedimento é apenas de 5 anos e não 10 anos (Freitas, 2021 – pág. 11).

Sendo assim, após analisar os recursos, a comissão é de parecer pela improcedência dos mesmos, devendo a questão ser mantida por não ferir o Edital e o gabarito também não deverá sofrer alteração.

Fontes:

- BELEZE, Cleverson A. Perícia trabalhista e avaliação de desempenho. Londrina: UNOPAR, 2014.
- BRASIL. Código de Processo Civil (CPC/2015). Disponível em: <https://modeloinicial.com.br/lei/CPC/codigo-processo-civil/art-465>
- FREITAS, Júlio Assis D. Laudos e Perícias em Engenharia. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

BRANCA
33

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Para a resolução da questão em tela, utilizou-se a definição de Gonçalves (2010) para curva ABC, com o seguinte critério de divisão: Classe A: porcentagem de serviços acumulados que representam até 80% do custo total da obra; Classe B: porcentagem de serviços acumulados que representam de 80 a 95% do custo da obra; Classe C: porcentagem de serviços acumulados acima de 95 até o total da obra. Dessa forma, a tabela com valores ficou assim definida a distribuição, com indicação de cada classe:

	No.	Atividade	Custo (R\$)	%	% acumulado
A	4	Estrutura de Concreto	250.000,00	25%	25%
	3	Fundações	180.000,00	18%	43%
	6	Alvenaria	170.000,00	17%	60%
	2	Canteiro e Locação de Obras	110000	11%	71%
B	9	Revestimento Impermeabilização ^e	105.000,00	11%	82%
	7	Instalações Prediais Hidrossanitárias	60.000,00	6%	88%
	8	Instalações Prediais Elétricas	40.000,00	4%	92%
	5	Cobertura	35.000,00	4%	95%
C	10	Limpeza Final	30.000,00	3%	98%
	1	Limpeza do Terreno	20.000,00	2%	100%

		1.000.000,00	1
--	--	--------------	---

A banca considera a necessidade de revisão do gabarito, com a alternativa alterada para a letra B (“As atividades 2, 3, 4 e 6 estão na região A da curva”).

Fontes:

- BRAGANÇA, Antônio Carlos da F. *Planejamento e Custos de Obras*. 1. ed. São Paulo: Érica - Saraiva, 2014.
- GONÇALVES, P.S. *Administração de materiais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Cargo: Fiscal

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Frase é um enunciado linguístico que apresenta sentido completo. Pode ser representado por apenas uma palavra ou por construções mais elaboradas desde que sejam representadas por palavras organizadas sintaticamente. Assim, consideramos frases diferentes enunciados, de diferentes extensões, que tenham sentido completo. O trecho “Neblina. Trevas. Espírito maldito. Escuridão. Estrada sem saída”, é formado por frases breves e nominais, na sequência, a autora introduz o tema que será abordado no texto: depressão afirmando: “O termo depressão é clínico; a lista de sintomas, estéril.” Assim, a autora faz uma breve apresentação de alguns sintomas através do uso de frases nominais com a intenção de apresentar o tema do texto. Os sintomas, por estarem escrito através de frases curtas, não estão apresentados de modo detalhado. Na introdução não há intenção da autora em despertar no leitor a reflexão sobre sua saúde mental, mas mostrá-lo a necessidade de discutir sobre o tema. No entanto, é por meio do reconhecimento desses símbolos que podemos começar a compreender o que é essa doença e a importância de debater esse assunto que ainda é tratado por tantas pessoas como um tabu. Assim, a única alternativa correta é “Apresentar, de forma breve, uns dos sintomas da depressão para introduzir o tema central do texto.”

Fontes:

- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos**: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o dicionário da língua portuguesa, dispensar e excluir são antônimos de “abarcар”. Para abarcar, o dicionário apresenta as seguintes definições:

Ter em si; conter no interior; **abranger**: a constituição abarca as leis. / Envolver através do poder; dominar: o protesto abarcou o país. / Compreender, entender com o pensamento; / dominar pela sabedoria: sua inteligência abarcava toda história moderna. / **Perseguir com o olhar**; avistar: na praia, a vista abarcava o horizonte. / Dominar por completo; monopolizar: a ditadura abarcou o país. / Dar um abraço; envolver algo ou alguém com os braços; abraçar. Portanto, a partir das opções de respostas e do contexto, a alternativa que se adequa ao enunciado da questão é abranger, como apresenta no gabarito.

Fontes:

- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No período “Ou então, que Martinho Lutero – um dos principais líderes da Reforma Protestante – tinha de ignorar os conflitos interiores e as sensações de indignidade pessoal?”, o duplo travessão isola uma informação extra sobre Martinho Lutero. O trecho “um dos principais líderes da Reforma Protestante” traz uma explicação de quem é a pessoa citada anteriormente. Assim, funciona como um aposto explicativo que, segundo as normas da gramática da língua portuguesa, deve vir separado por vírgulas ou por duplo travessão. A enumeração ou aposto enumerativo enumera as explicações sobre o termo. Martinho Lutero: protestante, reformista, renascentista, teve depressão. Quanto a isolar uma conclusão, o travessão pode vir no final da frase para isolar um aposto no final dela, mas não uma conclusão: Os funcionários comemoraram a notícia – especialmente os mais antigos.

O duplo travessão pode destacar um termo que resume as informações ditas anteriormente: Professores, alunos, diretor, secretários – todos eles – ficaram felizes com a reforma.

Portanto, a alternativa correta é: Isolar uma explicação referente a Martinho Lutero. Letra A.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto lido tem como tema central a depressão. Para falar sobre ele, a autora menciona os principais sintomas da doença, menciona a campanha do Setembro Amarelo, cita figuras históricas que enfrentaram a depressão, tudo como argumentos para convencer o leitor da necessidade de discutir esse tema, como é citado logo na introdução: “No entanto, é por meio do reconhecimento desses símbolos que podemos começar a compreender o que é essa doença e a importância de debater esse assunto que ainda é tratado por tantas pessoas como um tabu.” E depois conclui: “É essencial nos educarmos, apoiarmos uns aos outros e reconhecermos a busca pela compreensão desse “mal do século”. Portanto, a alternativa correta é: Convencer o leitor sobre a necessidade de debater o tema depressão. Letra D.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O material divulgado, referente ao gabarito para o cargo de Fiscal, está correto. A resposta correta é a letra B. Em 1981, a Microsoft adquiriu seu primeiro sistema operacional em disco, o MS-DOS, que operava por meio de comandos de texto inseridos pelo usuário.

Fontes:

- <https://www.oficinadanet.com.br/post/13732-a-historia-da-microsoft-parte-1>
- https://cin.ufpe.br/~bfp/Arquivos/3196_Sistemas%20Operacionais.pdf

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O material divulgado, referente ao gabarito para o cargo de Fiscal, está correto. A resposta correta é a letra A. O trecho “Comportam como banco de armazenamento temporário, prontamente disponíveis para processamento de dados. Guardam informações e fragmentos de sites visitados com frequência, por exemplo, fazendo com que o sistema carregue mais rapidamente esses dados em uma nova visita.” se refere a Cache.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/windows/excluir-e-gerenciar-cookies-168dab11-0753-043d-7c16-ed5947fc64d>

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Isso porque, o gabarito preliminar, acertadamente, indica a alternativa D como resposta, ou seja, “Cargo efetivo é aquele organizado em carreira, provido através de concurso público. Já cargo em comissão é aquele(a) declarado(a) em lei de livre nomeação e exoneração. Função de confiança, por sua vez, é o conjunto de atribuições de direção, chefia e assessoramento, de caráter transitório, criado por lei específica, da qual decorre vantagem pecuniária, gratificada”. Tais definições seguem o definido pelos artigos 5º e 6º da Lei nº 2.137, de 8 de abril de 2008 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna/ES. Destarte, julga-se improcedente o presente recurso, mantendo-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Lei nº 2.137, de 8 de abril de 2008 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna/ES.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem guarida. O enunciado da questão solicita a indicação de alternativa que apresenta temática PRIVATIVA do Município de Lúna. O gabarito preliminar, acertadamente indica a alternativa “C” como resposta, à luz do que estabelece o artigo 10, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Lúna. Já as demais alternativas trazem temáticas de competência administrativa comum do Município, da União, e do Estado, nos termos dos incisos IV, V e VII do artigo 11, da referida Lei Orgânica. Destarte, julga-se improcedente o presente recurso, mantendo-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Lúna/ES.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A referida questão versa sobre o Código de Obras do Município de Lúna, instituído pela Lei Nº 1.400, de 23 de dezembro de 1993. A inconsistência apontada refere-se à Afirmativa 1 – “Qualquer construção, reforma ou demolição, de iniciativa

pública ou privada, somente poderá ser executada após exame, aprovação do projeto, e concessão de licença de construção pela Prefeitura Municipal, de acordo com as exigências contidas nesta Lei e mediante a responsabilidade de profissional legalmente habilitado”.

A Afirmativa 1 apresenta na íntegra o que é apresentado no Art. 1 da referida lei. No entanto, o Art. 2 dispõe sobre casos dispensados de responsabilidade técnica pela execução da obra, mas sujeitos a concessão de licença competente. Dentre esses casos, destacam-se os projetos de construção destinados à habitação assim como pequenas reformas, desde que apresentem as seguintes características:

- I. Área de construção igual ou inferior a 70 m² (setenta metros quadrados);
- II. Não determinem reconstrução ou acréscimo que ultrapasse a área de 70 m² (setenta metros quadrados);
- III. Não possuam estrutura especial, nem exijam cálculo estrutural;
- IV. Não possuam inclinação no terreno superior a 50%.
- V. Que a construção não determine mais de 1 pavimento
- VI. Construção de madeira com até 70m² (setenta metros quadrados) que não possua estrutura especial.

Diante dos elementos apresentados, observa-se que são algumas exceções ao disposto no Art. 1, visto que determinadas construção não necessitam de responsabilidade de profissional legalmente habilitado, ou responsabilidade técnica. Sendo assim, embora seja necessário obter licença para todas as construções, a responsabilidade técnica não é uma exigência para qualquer tipo de construção. Portanto, após uma análise mais aprofundada do Art. 1, conclui-se que a Afirmativa 1 é FALSA. Como não há uma opção de gabarito (F-F-F-V-F), o recurso é procedente para a anulação da questão, objetivando garantir o correto julgamento e interpretação dos dispostos na legislação por parte dos candidatos.

Fonte:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA. ESPÍRITO SANTO. Lei Nº 1.400, de 23 de dezembro de 1993. **Código de obras** - Qualquer construção reforma ou demolição, de iniciativa pública ou privada, somente poderá ser executada após exame, aprovação do projeto, e concessão de licença de construção pela Prefeitura Municipal, de acordo com as exigências contidas nesta Lei e mediante a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. 1993. Disponível em: <https://iuna.es.gov.br/legislacao/consolidado/947/lei-1400-1993.html>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Microsoft Office 2019, a fonte padrão de um Novo(a) Documento do Microsoft Word é a Calibri, a mesma se manteve em vigor por muitos anos. A resposta correta é letra B) Calibri.

Fonte:

- <https://olhardigital.com.br/2024/03/05/internet-e-redes-sociais/voce-pode-nao-ter-percebido-mas-o-microsoft-word-mudou-a-fonte-padrao-entenda-motivo/>

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As combinações de teclas responsáveis por ativar o recurso de Limpar dados de navegação no Google Chrome versão 120.0.6099.130 64 Bits é Ctrl + Shift + Del (Delete). Portanto a resposta é letra C) Ctrl + Shift + Del.

Fonte:

- <https://support.google.com/chrome/answer/157179?hl=ptBR&co=GENIE.Platform%3DDesktop#zippy=%2Catalhos-de-recursos-do-google-chrome>

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 3º§ é enfático ao denotar que: “O escultor não se deixou encantar pela sua beleza; trabalhou com dura honestidade, com lenta obstinação, menos preocupado em fazer uma obra de arte em si mesma que em retratar a mulher”. Conclui-se, portanto, que “o escultor tinha como objetivo expressar, através do gesso, a sua notável subjetividade”. As demais afirmações são contrárias ao pormenorizado ao longo do texto.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
06

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Há uma inconsistência no enunciado do item. A falta da expressão "exceto" invalida a questão. Dessa forma, a questão foi anulada.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, em seu enunciado solicita que o candidato assinale a alternativa que se diferencia das demais. Ao analisar o conteúdo programático disposto no Edital normatizador do certame, contam-se os seguintes tópicos que poderiam ser abordados para a elaboração da questão: “LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos. Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados. Conhecimento da língua: ortografia; acentuação gráfica; pontuação; masculino e feminino; antônimo e sinônimo; diminutivo e aumentativo. Divisão silábica.”; portanto, para esta questão foi utilizado o conteúdo de gênero “masculino e feminino”. Em relação às alternativas temos: A) livros / B) cantor / C) campo / D) imagem. Então, é possível considerar que apenas a alternativa D se diferencia por se tratar de um substantivo do gênero feminino, já as demais são do gênero masculino. Como no conteúdo não há “Classificação das palavras quanto ao número de sílabas e quanto à disposição da sílaba tônica.” a questão não precisa ser anulada, pois está coerente com o que se pede e é proposto pelo Edital.

Fontes:

- <https://rioandlearn.com/pt-br/masculino-e-feminino/> Acesso em: 05/06/24.
- VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 3. ed. Martins Editora, 2006.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A simetria horizontal é quando se faz um corte horizontal em uma figura ou no caso letras, e as partes cortadas devem ser idênticas, logo as letras que não possuem simetria horizontal são 6:

A T F M U Z

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme disponível no portal da presidência da república: Fernando Collor foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Logo, a alternativa correta é a letra **D) Fernando Collor**.

Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf. Porém, na véspera da posse, em 14 de março de 1985, foi internado em estado grave, **assumindo interinamente o cargo o vice-presidente José Sarney**. Faleceu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985.

Fontes:

- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/nome-do-presidente#:~:text=Observa%C3%A7%C3%A3o%3A%20Foi%20o%20primeiro%20Presidente,Collor%20foi%20afastado%20do%20poder>
- <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/tancredo-neves/biografia>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão solicita que as afirmativas a seguir sejam analisadas como verdadeiras ou falsas:

() As queimaduras deverão ser classificadas como de primeiro, segundo e terceiro grau, de acordo com a **extensão da superfície atingida**.

FALSO (As queimaduras podem ser de primeiro, segundo e terceiro grau de acordo com a sua profundidade. A extensão da superfície atingida se baseia na área do corpo queimada. Quanto maior a extensão da queimadura, maior é o risco que corre o acidentado. Uma queimadura de primeiro grau, que abranja uma vasta extensão, por exemplo, será considerada de muita gravidade.)

() Não é recomendado aplicar gelo sobre lesões causadas por queimadura, pois pode piorar a lesão.

VERDADEIRO (Não aplicar gelo sobre a queimadura. O gelo poderá agravar mais a queimadura.)

() Romper as bolhas ocasionadas pela queimadura é indicado, pois acelera o processo de cicatrização.

FALSO (Não furar as bolhas que venham a surgir no local. Ao furar uma bolha você está expondo o ferimento e corre o risco de infeccioná-lo.)

Logo, a resposta correta é a alternativa **B) F, V, F**.

Fontes:

- <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirosocorros.pdf>
- <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2023/04/Manual-de-Primeiros-Socorros-Abril-Verde-SQVT-1.pdf>

BRANCA
40

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

O comando da questão solicita que seja identificadas quais das obras a seguir **NÃO pertencem a Graciliano Ramos**:

I. Dom Casmurro.

II. Vidas Secas.

III. Morte e vida Severina.
Dom Casmurro – Machado de Assis.
Vidas Secas – Graciliano Ramos.
Morte e vida Severina – João Cabral de Melo Neto.

Logo, a alternativa que contém as obras que **NÃO PERTENCEM** a Graciliano Ramos é a letra **C) I e III**.

Fontes:

- <https://g.co/kgs/pZpAHQo>
- <https://g.co/kgs/Ae58fHF>
- <https://g.co/kgs/y9JxG1C>

Cargo: Operador de Máquinas Pesadas

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Entornar o caldo” trata-se de um ditado popular; é o mesmo que “estragar ou complicar muito alguma coisa”. As demais opções de respostas apresentam tipos de temperamentos, segundo a psicologia comportamental.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O antônimo de “magoando” é: agradando; entusiasmando; satisfazendo; regozijando; e, alegrando. As demais opções de respostas não atendem ao questionamento abordado, comprometendo, portanto, a compreensão da informação.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O emprego de “ambas” se refere a dois ou duas, no caso levando em conta que se levantaram duas pessoas, não todas as pessoas, houve uma troca geral de todas as posições, que foram claramente indicadas em frase posterior e indicando a ordem trocadas em todas as 4 cadeiras, sendo possível encontrar a posição final de cada uma das pessoas, não prejudicando a resolução da questão referente a pergunta de quem está sentada agora da terceira cadeira. Segue resolução da questão para melhor entendimento:

A ordem inicial é:

Ana Bruna Débora Fernanda

trocando as posições conforme indicado A 2ª com a 4ª, a 1ª com a 3ª, a 4ª com a 1ª e a 3ª com a 2ª. Ficará da seguinte maneira:

Fernanda – Débora – Ana – Bruna

Portanto, a pessoa que está sentada na terceira cadeira agora é a Ana.

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002

BRANCA
22

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A banca revisitou a questão e confirma a troca de alternativa do gabarito da letra B para a alternativa C. Segue resolução para melhor demonstrar:

Sabendo que a caixa da vitamina tem 60 capsulas, vamos diminuir os dias em que irá tomar os comprimidos. Ele irá tomar 5 capsulas por semana, logo temos que:

$$60 / 5 = 12 \text{ semanas}$$

Sendo assim, serão semanas completas, logo finalizando em uma sexta-feira o último comprimido.

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002

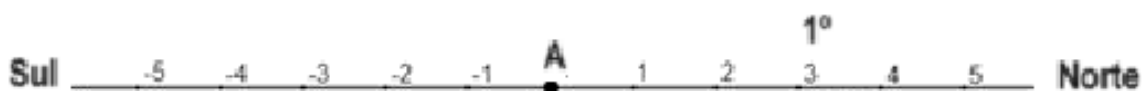
BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

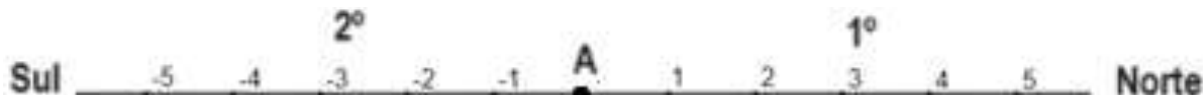
A banca revisitou a questão e não encontrou problemas em sua redação ou gabarito, nesta questão a sequência do roteiro feito pelo escoteiro é crucial para sua resolução, também tomar o ponto de referência de forma correta a direção, não sendo possível somente somar e subtrair as distâncias. Segue resolução da questão com mapeamento para melhor entendimento:

Seguindo os passos que o escoteiro fez ao caminhar, temos que sua deslocação, foi em uma linha reta, somente mantendo de sul ao norte, segue seus passos seguindo perfeitamente a sequência:

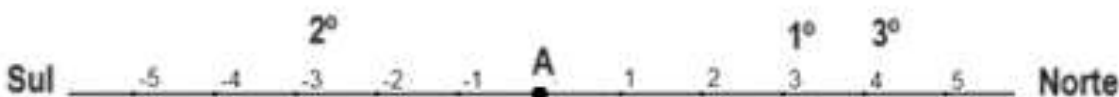
1º - 3 metros ao norte:



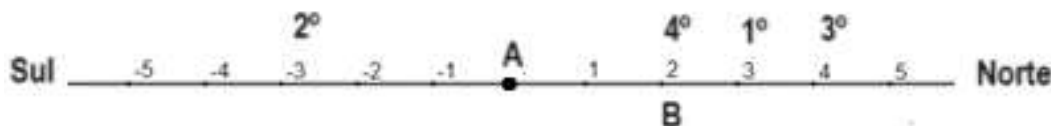
2º - 6 metros ao sul:



3º - 7 metros ao norte:



4º - 2 metros ao sul:



A questão solicita a referência tomando o ponto B, logo o ponto inicial A está a 2 metros ao sul da posição de B.

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

- FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002

BRANCA
26

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

O comando da questão solicita que sejam consideradas as desvantagens do DOC com relação ao PIX, e analisadas as afirmativas a seguir:

- I. As operações são realizadas somente em dias úteis. (CORRETO – O PIX pode ser efetuado todo dia, qualquer hora).
- II. Não possui limite de valores para a transferência. (INCORRETO – O DOC Realiza transferências de até R\$ 4.999,99, exceto o limite noturno de segurança de R\$ 1 mil das 20h às 6h – o PIX que é ilimitado).
- III. Pode haver cobrança de taxa de pessoas físicas, a depender da instituição que receberá a transação. (CORRETO – PIX é gratuito)

Fontes:

- <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/transacoes-por-doc-chegam-ao-fim-em-15-de-janeiro-apos-quatro-decadas-em-operacao.shtml>
- <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>
- <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/327/noticia>

BRANCA
34

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

“Região da bacia amazônica: região compreendida pela grande bacia do rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do planeta. São 25 mil quilômetros de rios navegáveis. A área abrange seis países: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia Venezuela. No Brasil, o conceito de Amazônia Legal foi criado em 1966. Atualmente inclui: Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins.”

"A Amazônia é considerada a região de maior biodiversidade do planeta.

O bioma Amazônia não é exclusivo do território brasileiro, abrangendo áreas de outros países.

Compreende o conjunto de ecossistemas que correspondem à Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, e também a Bacia Amazônica, maior bacia hidrográfica do planeta.

A fauna é extremamente rica e conta com mais de 30 milhões de espécies.

A flora da Amazônia é bastante diversificada, constituída por árvores, ervas, arbustos, lianas e trepadeiras.

Cerca de 17% do bioma foi devastado nos últimos 50 anos."

Frente ao exposto, altere-se o gabarito para: C) O bioma Amazônia é exclusivo do território brasileiro, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>.
- <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amoldam-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As construções textuais são formadas por orações e períodos. A oração constitui o centro da atenção gramatical por se tratar de uma unidade onde se relacionam sintaticamente seus termos constituintes e onde se manifestam as relações verbais de ordem e regência. Cada verbo ou locução verbal marca uma oração. O período é uma unidade sintática. Trata-se de um enunciado construído por uma ou mais orações e possui sentido completo. O início do período é marcado por letra maiúscula e o final por pontuação específica. No fragmento da questão em análise, tem-se um período formado por 5 orações, a saber:

1ª oração: Até quando o Congresso Nacional seguirá se omitindo

2ª oração: e, portanto, colaborando

3ª oração: para que toda essa engrenagem que tem adoecido

4ª oração: e até matado mulheres

5ª oração: siga intacta sem qualquer punição ou sem responsabilização.

Não são 6 orações, pois a terceira oração é formada por uma locução verbal. Assim sendo, a alternativa correta é a letra B.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 287.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De início, ressalta-se o fato de que apenas um candidato se insurgiu em face da questão, o que demonstra que o conhecimento cobrado é de amplo conhecimento dos postulantes ao cargo.

A linha de argumentação do único recurso ajuizado pretende a anulação do item afirmando não está de acordo com a realidade das escolas municipais, porém a questão foi confeccionada respeitando o conteúdo programático a seguir:

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: 1. Lei Orgânica do Município de Lúna/ES 2. Lei nº 2.137, de 8 de abril de 2008 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lúna/ES **3. Regimento comum das escolas da rede municipal de Lúna/ES.** 4. Normas gerais para a educação do Sistema Municipal de Ensino de Lúna/ES.

Ademais, cumpre ressaltar que faz parte das responsabilidades do candidato que presta concurso público conhecer de modo global o conteúdo previsto no Edital do certame e estudá-lo.

Deste modo, a questão está correta tendo em vista as disposições do Art. 36 do Regimento comum das escolas da rede municipal de Lúna/ES. Vejamos:

Art. 36. A Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do ensino fundamental, com oferta de ensino presencial nas unidades de ensino da rede municipal, será organizada da seguinte forma:

I - 1º segmento - correspondente aos anos iniciais, com carga horária definida em função das necessidades de aprendizagem do aluno para ingresso nos anos finais;

II - 2º segmento - correspondente aos anos finais, com 1.600 horas distribuídas em 4 etapas com 100 dias letivos e 400 horas cada.

Fonte:

- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1189/4_346736.pdf

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Regimento comum das escolas da rede municipal de Lúna/ES, dispõe sobre a matrícula da criança na Creche.

Vejam os artigos:

Art. 31. A Educação Infantil será organizada de acordo com os seguintes critérios:

I - Creche: engloba as diferentes etapas do desenvolvimento da criança de até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, organizada por faixa etária nos seguintes grupos:

- a) Infantil I – 0 a 1 ano
- b) Infantil II – 1 ano a 2 anos
- c) Infantil III – 2 anos a 3 anos

Tendo em vista a falta de uma resposta que atende ao enunciado, a questão merece ser anulada.

BRANCA
26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Em resposta ao recurso interposto ao gabarito das questões da prova objetiva infere-se, portanto, que o gabarito se encontra incorretamente listado em relação a presente questão. Consta a omissão de uma palavra que traz prejuízo ao valor da questão tornando-a falsa e não obtendo assim alternativa verdadeira para a questão. O correto seria “Educação Infantil – crianças BEM pequenas – escuta, fala, pensamento e imaginação – posição da habilidade na numeração sequencial”. Sendo assim, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de uma das desvantagens do uso da tecnologia na educação a “**qualidade da informação**”, pois garantir e avaliar a qualidade do conteúdo digital é difícil. Na internet, qualquer informação pode ser publicada, independentemente da sua veracidade e validade, assim, a qualidade das informações com as quais os alunos têm contato é um obstáculo para os professores. Isso porque o aluno pode ter acesso a uma informação inverídica e aprender um conteúdo errado. Ao chegar na aula, o professor ensina de forma diferente e esse desencontro pode confundir o aluno e, até mesmo, fazer com que questione o conhecimento do professor. Portanto, é imprescindível a atenção do professor para a qualidade dos conteúdos expostos aos seus alunos. Para lidar com situações desse tipo, o professor precisa estimular no aluno o pensamento crítico e ensiná-lo a buscar informações em fontes confiáveis, tornando-se uma espécie de curador de conteúdo para o aluno.

Fontes:

- https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por
- <https://educacional.com.br/tecnologia-educacional/tecnologia-na-educacao/>

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os gestores escolares e especialistas da educação redor do mundo estão descobrindo que os modelos convencionais de liderança não são mais adequados. As escolas atuais, situando-se diante desses desafios e dessas perspectivas, necessitam de líderes capazes de trabalhar junto com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e a adquirir as habilidades necessárias e, ainda, serem capazes de ouvir o que os outros têm a dizer, delegar autoridade e dividir o poder. **Portanto a supracitada questão foi contextualizada com o fragmento de texto de autoria de Chiavenato (1994), (...)** A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. Os líderes traduzem as nossas incertezas e nos ajudam a cooperar e trabalhar em conjunto para tomarmos decisões acertadas. Ainda, a questão **informa que há estudos que concluíram** que os gestores mais eficazes são aqueles cuja abordagem é primordialmente “centrada nos funcionários” e não “centrada nas tarefas”. Ou seja, concentram sua atenção, primeiramente, no aspecto humano dos problemas de sua equipe, no empenho em construir grupos de trabalho eficazes com objetivos desafiadores. Ou seja, a liderança participativa também definida **por um dos estudos** de Likert, (1971), **que contrasta estilos ineficazes de gestão – que denomina como “Administração de Tomar Conta”** (caracterizada pela mínima atenção ao desenvolvimento institucional, com nenhum cuidado com as preocupações sobre as pessoas e “Administração da Autoridade – Obediência” (caracterizada por um alto grau de preocupações com o desempenho institucional e por pouca preocupação com as pessoas).

Fontes:

- CHIAVENATO, Idalberto (1994). *Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa*. São Paulo: Makron Books.
- LÜCK H et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escola*. 5 ed. São Paulo, 2001.

Cargo: Professor da Educação Básica Dos Anos Iniciais

BRANCA	VERDE
04	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pronome reflexivo, pois pratica e sofre a ação ao mesmo tempo. O se, neste contexto, não pratica e sofre a ação ao mesmo tempo, pois o sujeito apenas sofre a ação. O plástico não tem o poder de realizar a ação de se destacar.

Índice de indeterminação do sujeito, pois o verbo destacar está flexionado na terceira pessoa do singular: alternativa incorreta, pois apesar de o verbo estar na terceira pessoa do singular, ele é transitivo direto. O índice de indeterminação do sujeito ocorre em verbos transitivos indiretos.

Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito sofre a ação: esta é a alternativa correta. [...]enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico, que constitui cerca de 17% dos RSU." O verbo destacar é transitivo direto (destacar o quê? / o plástico.). E admite a conversão: O plástico é destacado. A ideia do enunciado é que o plástico sofre a ideia de ser destacado.

Parte integrante do verbo: nessa situação, o "se" se liga a um verbo pronominal, ou seja, aquele verbo usado na forma pronominal e que normalmente exprime sentimentos ou mudança de estado (queixar-se, arrepender-se, etc). Nesse caso, mesmo não exercendo função, o pronome não pode ser excluído, pois é parte integrante do verbo. Assim, a alternativa correta é: Partícula apassivadora, visto que o verbo é transitivo direto e o sujeito é que sofre a ação.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA	VERDE
08	03

Recurso Procedente. Questão Anulada.

"A fração orgânica é a mais significativa, representando 46% do total, enquanto entre os resíduos recicláveis secos destaca-se o plástico[...]" As vírgulas separam o gerúndio que vem antes da oração principal, portanto, seu uso é obrigatório.

"Além do excesso de resíduos plásticos gerados pela população brasileira, outro grande problema é a sua baixa taxa de reciclagem[...]" - a vírgula é obrigatória para separar orações na ordem indireta.

"Para melhorar os índices de coleta e reciclagem de embalagens plásticas, é fundamental um esforço coordenado entre os setores público e privado[...]" O uso da vírgula é obrigatório para separar uma oração subordinada adverbial final na ordem indireta.

"Em muitos casos, o custo de reciclar plásticos pode superar o de produzir novos a partir de matéria-prima virgem. " A vírgula foi usada para isolar adjunto adverbial anteposto. Mesmo que a vírgula é opcional neste exemplo, visto que o adjunto adverbial é formado por três palavras, o seu uso se justifica por ser adjunto adverbial deslocado. Assim, por apresentar a mesma justificativa que a letra D, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

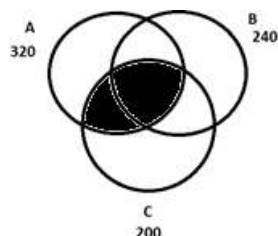
BRANCA	VERDE
12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, dos 400 candidatos:

- 320 foram aprovados na prova A
- 240 foram aprovados na prova B
- 200 foram aprovados na prova C

Tem-se o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado questiona quantos são os valores possíveis para a área total hachurada na figura acima. O valor máximo da interseção entre A e C é 200, pois 200 é o tamanho do conjunto C. O valor mínimo da interseção entre A e C é 120, pois $320 + 200 - 400 = 120$. Assim, o número possível de valores para X é $200 - 120 + 1 = 81$.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado fornece as seguintes informações:

- Alana e Júlia não escolheram a Estação das Docas.
- Felícia e Deborah não escolheram o Mercado Ver-o-Peso e nem o Forte do Presépio.
- Deborah não escolheu o Mangal das Garças.
- Alana não escolheu o Mercado Ver-o-Peso.

De acordo com essas informações, pode-se montar o seguinte esquema lógico.

	Estação	Ver-o-Peso	Forte	Mangal
Alana	n	n	s	n
Felícia	n	n	n	s
Deborah	s	n	n	n
Julia	n	s	n	n

Assim, Alana escolheu o forte do presépio.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE
23	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem prosperar, tendo em vista o disposto no artigo 74 das Normas gerais para a educação do Sistema Municipal de Ensino de Iúna/ES. Vejamos:

Art. 74. A Educação Infantil será organizada de acordo com os seguintes critérios: [...]

II - Pré-escola: com duração de 2 (dois) anos, a partir de 4 anos de idade, organizada em duas etapas de um ano cada:

a) **Pré-escola I** – 4 anos completados até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. [...]

Fonte:

- https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=IctaaT0y3oY=d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1189/5_5893489.pdf

BRANCA	VERDE
24	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar aponta que todos estão corretos, de forma que as afirmativas I, II, III e IV estão corretos. Gabarito: A- I, II, III e IV. De acordo com o Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...) Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (...) Artigo 61º: Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e

modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA	VERDE
25	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Vejamos a análise de todas as alternativas. A. Padre Manuel da Nóbrega, e não o Padre José de Anchieta, fundará o Colégio São Paulo na então Vila de Piratininga e que marca o início da cidade de São Paulo. Nessa cidade desenvolveu o trabalho junto aos índios com a catequese e estudo da língua tupi; B. Os Jesuítas concebem no Brasil um plano educacional eficaz no qual constituem escolas primárias (com o ensino de gramática para os índios e filhos de colonos) , as escolas secundárias (destinadas aos filhos dos colonos para o estudo das Humanidades) e também as escolas superiores (ensino de Teologia e Ciências Sacras e destinadas à formação do clero); C. GABARITO: Quando os Jesuítas foram expulsos de Portugal, e, portanto, de suas colônias, em 1759, tínhamos em nosso país mais de cem estabelecimentos de ensino, considerando os colégios, as residências, as missões, os seminários e as escolas de “ler e escrever”, sob a administração direta dos jesuítas; D. O regime colonial foi marcado por uma época em que se institui o ensino por meio dos padres jesuítas, estando circunscrita em três fases: a de predomínio jesuíta; as reformas pombalinas com a expulsão dos jesuítas do Brasil e Portugal (1759 e não em 1859 como afirma a alternativa) e o estabelecimento da família real no Brasil, tendo D. João VI, e não D. Pedro I como príncipe regente (1808- 1821).

Fonte:

- Marra, Isaac; Guilherme, Marcelo. A História da Educação No Brasil. Paco Editorial. 2020. P. capítulo 1: A Educação na América Portuguesa- Brasil Colônia (1530 – 1822)

BRANCA	VERDE
31	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Figura 1 Nível pré-silábico, pois neste nível, a criança não estabelece relações entre a escrita e a pronúncia. Nesta fase, ela expressa sua escrita através de desenhos, rabiscos e letras usadas aleatoriamente, sem repetição e com o critério de no mínimo três. Aqui, a criança nem desconfia que as letras possam ter qualquer relação com os sons da fala. Ela só sabe que se escreve com símbolos, mas não relaciona esses símbolos com a linguagem oral. Acha que coisas grandes devem ter nomes com muitas letras e coisas pequenas nomes com poucas letras.

Na figura 2 Nível silábico: a criança descobre a lógica da escrita, percebendo a correspondência entre a representação escrita das palavras e as propriedades sonoras das letras, mas pensa que cada letra representa é uma sílaba oral, ou seja, usa ao escrever uma letra para cada emissão sonora (cada sílaba).

O conflito a levará ao próximo nível: impossibilidade de ler silabicamente o que os outros escrevem (sobram letras), portanto, ainda não se encontra no nível silábica alfabética, como dispõe o argumento recursal.

Fonte:

- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRANCA	VERDE
34	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão trata das atuais tendências da Educação Matemática, e solicita no comando, que indique nas alternativas dadas qual das matemáticas NÃO se consolidou como área autônoma de conhecimento com objeto de estudo e pesquisa interdisciplinar da Educação Matemática (EXCETO), portanto refere-se a Tendência Formalista Moderna, quando nas décadas de 1960 e 1970 o ensino de Matemática foi influenciado por um movimento de renovação conhecido como Matemática Moderna. Neste período, caracteriza-se, tal tendência com ênfase no uso da linguagem, no rigor e nas justificativas. O ensino era centrado no professor e distanciava-se das aplicações práticas.

Fonte:

- Flemming, Diva Marília Tendências em educação matemática/ Diva Marília Flemming, Elisa Flemming Luz, Ana Cláudia Collaço de Mello; instrucional designer Elisa Flemming Luz. - 2. ed. - Palhoça: UnisulVirtual, 2005.

BRANCA	VERDE
36	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A avaliação no que está disposto na LDB, a verificação do rendimento escolar, de acordo com Art. 24 observará os seguintes critérios:

- avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Portanto, terceira e quarta afirmativas estão em desacordo com a LDB, Art. 24 critérios “a” e “e”

Fontes:

- TYLER, Ralph W. **Princípios básicos do currículo e ensino**. 3ª Ed. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1976.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRANCA	VERDE
37	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A oralidade e a escrita são práticas que o aluno desenvolve para relatar as situações vividas em seu dia a dia, no qual envolve a sua variedade linguística que deve ser entendida pelo aluno do campo, como mais uma das variantes da língua materna. Considera-se que a oralidade e a escrita são conhecimentos linguísticos do aluno que precisam ser valorizados e respeitados, pois apresentam diferenças entre si. Essas práticas discursivas acontecem quando há interação entre os sujeitos que contribuem para o enriquecimento sociocultural no contexto em que o aluno está inserido e permite a construção de diferentes maneiras de entender a comunicação tanto na forma oral como escrita. Trabalhar com as práticas discursivas da oralidade e da escrita no ambiente escolar na escola é importante, pois é onde os alunos vão desenvolver as suas habilidades e aprimorar o seu conhecimento.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alfabetização seria um processo de representações de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler); “o que o alfabetizando deve construir para si é uma teoria adequada sobre a relação entre sons e letras na língua portuguesa”. No entanto, além da aquisição da escrita, também é necessário adquirir a capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento (MORATTI, 2006). Então, a partir dos fundamentos que servem de base para o processo de alfabetização, a criança é capaz de desenvolver corretamente as habilidades onde possam transformar o aprendizado em ferramenta de uso social e todo esse processo é reforçado na escola, onde o processo de escolarização ocorre. Essa questão é defendida por Tfouni (2010), que apresenta uma ligação da alfabetização e a escolarização, afirmando que o indivíduo pode apresentar níveis ou graus de alfabetização e a instrução escolar favorece esse processo, pois [...] “a alfabetização está intimamente ligada à instrução formal e às práticas escolares” (p.17, 2010). Kleiman (1995, p. 20) afirma que o termo “letramento” se refere a efetivas práticas sociais de uso da escrita que se dão em contexto diversos e através de diferentes agências de letramento além da escola. No entanto a principal agência de letramento é a escola, pois o letramento e a escolarização (onde ocorre a alfabetização) podem vir ao mesmo tempo. [...] “no mundo da escrita ocorre simultaneamente esses dois processos, o primeiro pela aquisição convencional da escrita e o segundo pelas práticas sociais que envolvem a língua escrita” (Soares, 2020, p. 16).

Fontes:

- KLEIMAN, A. B. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever? - Cifiel/IEL/Unicamp, 2005
- MORATTI, Maria Rosário Longo. Histórias dos métodos de alfabetização no Brasil. Portal MEC, 2006.
- TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.

BRANCA	VERDE
40	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se a importância do docente a refletir e compreender o jogo como elemento fundamental do trabalho pedagógico, sobretudo de alunos com manifestações de dificuldades de aprendizagem e demonstrar que o emprego de atividades lúdicas pode ajudar no desenvolvimento de várias capacidades, além de auxiliar na exploração e entendimento sobre a realidade, a cultura, as regras e os papéis sociais. **Portanto, conhecer os teóricos que tratam das concepções de ludicidade, oferecem aos docentes uma base sólida para compreender o desenvolvimento das crianças, principalmente nos anos iniciais da educação básica, ajudando-o a planejar as atividades, que não somente entretêm, mas promovem aprendizado profundo e abrangente, pois jogos e brincadeiras bem estruturados podem apoiar o desenvolvimento emocional, social e cognitivo e físico das crianças.**

Fontes:

- KISHIMOTO, T. M **Jogos, brinquedo, brincadeira e a educação**. Org: 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. Obras Completas, Ed. Standard Brasileira, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1996. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WINNICOTT, D.W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amoldam-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que o cliente pode montar a pizza com até quatro sabores distintos, ou seja, pode combinar 4 sabores, 3 sabores, 2 sabores ou escolher apenas 1 sabor.

Portanto, o total de combinações possíveis será:

$$C_{10,4} + C_{10,3} + C_{10,2} + C_{10,1} = 385$$

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que o acúmulo de pontos gera duas multas a serem pagas, uma pelo primeiro ponto e uma pelo segundo ponto, conforme destacado a seguir: “[...]Assim, um condômino que acumular duas multas terá dois pontos acumulados e deverá pagar o valor referente a 1 ponto para a primeira multa e um valor referente a 2 pontos para a segunda multa.”.

O enunciado informa que o valor da multa é dado por: $v = 1,5n + 50$, o que resulta na seguinte sequência de valores:

1 ponto: $v = 1,5 * 1 + 50 = R\$ 51,50$

2 pontos: $v = 1,5 * 2 + 50 = R\$ 53,00$

3 pontos: $v = 1,5 * 3 + 50 = R\$ 54,50$

Verifica-se que há uma progressão aritmética de razão 1,5 e primeiro termo 51,50.

Logo, o 8º termo será: $v = 1,5 * 8 + 50 = 62$ e a soma dos termos é:

$$S = (51,50 + 62) \times \frac{8}{2} = R\$ 454,00$$

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Regimento comum das escolas da rede municipal de Lúna/ES, dispõe sobre a matrícula da criança na Creche.

Vejamos o artigo:

Art. 31. A Educação Infantil será organizada de acordo com os seguintes critérios:

I - Creche: engloba as diferentes etapas do desenvolvimento da criança de até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, organizada por faixa etária nos seguintes grupos:

a) Infantil I – 0 a 1 ano

b) Infantil II – 1 ano a 2 anos

c) Infantil III – 2 anos a 3 anos

Tendo em vista a falta de uma resposta que atende ao enunciado, a questão merece ser anulada.

BRANCA
26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Em resposta ao recurso interposto ao gabarito das questões da prova objetiva infere-se, portanto, que o gabarito se encontra incorretamente listado em relação a presente questão. Consta a omissão de uma palavra que traz prejuízo ao valor da questão tornando-a falsa e não obtendo assim alternativa verdadeira para a questão. O correto seria “Educação Infantil – crianças BEM pequenas – escuta, fala, pensamento e imaginação – posição da habilidade na numeração sequencial”. Sendo assim, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O questionamento do candidato é improcedente, pois a LDB em seu artigo 59, prevê:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Inciso I: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Inciso III: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Aos alunos público-alvo, também devem ser disponibilizados materiais dentro da sala de aula, como: adaptação do currículo, exercícios e atividades de comandos simplificados, quando necessário, tamanho de letra diferenciada para alunos com baixa visão, material concreto para a aprendizagem como: material dourado, entre outros.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É obrigatório as redes trabalharem tendo como referência os documentos oficiais do MEC e também das secretarias estaduais (quando for o caso) e municipais. Dessa forma, a questão é pertinente, pois está fundamentada em um documento oficial do Ministério da Educação. Além disso, todos os documentos oficiais curriculares afirmam que as redes têm autonomia e devem produzir seu próprio documento curricular respeitando a cultura local, bem como as aprendizagens e saberes ali produzidos, o que contempla as modalidades da educação, como a educação do campo.

Fonte:

- Brasil. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares - Maria Carmen Silveira Barbosa – consultora. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O sentido do verbo “destilar” é expandido pela expressão “nas redes sociais”. Semanticamente, a expressão em destaque exprime uma circunstância e sintaticamente representa uma expansão do verbo que conduz a ação. A circunstância se refere a unidades linguísticas que, referindo-se à significação do verbo, assinalam o lugar em que ocorreu o fato de os homens destilarem comentários gordofóbicos, machistas e etaristas (nas redes sociais). Atendendo a tais características, o termo em destaque pode ser classificado como ADJUNTO ADVERBIAL DE LUGAR. O adjunto adverbial pode ser expresso por uma locução adverbial ou um advérbio. Na questão, ele é expresso por uma locução adverbial (nas redes sociais). A alternativa correta é a letra D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 60.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão, os dois pontos foram usados para destacar uma expressão que sugere, pelo contexto e pela entonação, uma explicação. Alternativa correta: letra B. Nas demais alternativas foram apresentadas outras funções dos dois pontos, mas elas não se adequam ao exemplo dado.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 594.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amoldam-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entretanto, o enunciado informa que o cliente pode montar a pizza com até quatro sabores distintos, ou seja, pode combinar 4 sabores, 3 sabores, 2 sabores ou escolher apenas 1 sabor.

Portanto, o total de combinações possíveis será:

$$C_{10,4} + C_{10,3} + C_{10,2} + C_{10,1} = 385$$

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entretanto, o enunciado informa que o acúmulo de pontos gera duas multas a serem pagas, uma pelo primeiro ponto e uma pelo segundo ponto, conforme destacado a seguir: “[...]Assim, um condômino que acumular duas multas terá dois pontos acumulados e deverá pagar o valor referente a 1 ponto para a primeira multa e um valor referente a 2 pontos para a segunda multa.”.

O enunciado informa que o valor da multa é dado por: $v = 1,5n + 50$, o que resulta na seguinte sequência de valores:

1 ponto: $v = 1,5 * 1 + 50 = R\$ 51,50$

2 pontos: $v = 1,5 * 2 + 50 = R\$ 53,00$

3 pontos: $v = 1,5 * 3 + 50 = R\$ 54,50$

Verifica-se que há uma progressão aritmética de razão 1,5 e primeiro termo 51,50.

Logo, o 8º termo será: $v = 1,5 * 8 + 50 = 62$ e a soma dos termos é:

$$S = (51,50 + 62) \times \frac{8}{2} = R\$ 454,00$$

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Das alternativas apresentadas, a única que apresenta as fórmulas corretas, é a letra D.

Para calcular a Média, utiliza-se a função Média – Retorna a média aritmética dos argumentos. Por exemplo, se intervalo A1:A20 contiver números, a fórmula =MÉDIA(A1:A20) retornará a média desses números.

Sintaxe

MÉDIA(núm1, [núm2], ...)

A sintaxe da função MÉDIA tem os seguintes argumentos:

- Núm1 Obrigatório. O primeiro número, referência de célula ou intervalo para o qual você deseja a média.
- Núm2, ... Opcionais. Números adicionais, referências de célula ou intervalos para os quais você deseja a média, até no máximo 255.

G2									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Disciplina	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Média	Maior nota	Menor nota
2	A	75	85	90	80	96	85,2	96	75
3	B	60	70	80	79	88			
4	C	85	90	95	92	76			
5	D	70	75	80	60	74			

Para calcular a Maior nota – utiliza-se a função Máximo - Retorna o valor máximo de um conjunto de valores.

Sintaxe

MÁXIMO(número1, [número2], ...)

A sintaxe da função MÁXIMO tem os seguintes argumentos:

- Núm1, núm2,... Núm1 é obrigatório, números subsequentes são opcionais. De 1 a 255 números cujo valor máximo você deseja saber.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O Regimento comum das escolas da rede municipal de Lúna/ES, dispõe sobre a matrícula da criança na Creche.

Vejam os artigos:

Art. 31. A Educação Infantil será organizada de acordo com os seguintes critérios:

I - Creche: engloba as diferentes etapas do desenvolvimento da criança de até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, organizada por faixa etária nos seguintes grupos:

a) Infantil I – 0 a 1 ano

b) Infantil II – 1 ano a 2 anos

c) Infantil III – 2 anos a 3 anos

Tendo em vista a falta de uma resposta que atende ao enunciado, a questão merece ser anulada.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais não merecem prosperar, tendo em vista que a exceção exigida no enunciado já está corretamente apresentada na alternativa C, conforme disposto no gabarito preliminarmente publicado, qual seja, Escolas de Ensino Fundamental e as Unidades de Educação Infantil, pois constam no rol das instituições de ensino.

Vejam os artigos normativos:

Art. 2º. O Sistema de Ensino do Município de Lúna, ES, compreende: [...]

§1º. **São instituições de ensino:** I. unidades de Educação Infantil; II. escolas de Ensino Fundamental;

Sendo assim, o gabarito mantém-se inalterado.

Fonte:

- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=IctaaT0y3oY=>

BRANCA
24

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em resposta ao recurso interposto ao gabarito das questões da prova objetiva infere-se, portanto, que a questão está elaborada adequadamente e coerentemente com o que foi proposto. O comando da questão é claro e de fácil entendimento. Ademais, o candidato não menciona em seu recurso qualquer fundamentação técnica para refutar questionamento elencado no comando da questão, razão pela qual decide-se o recurso como prejudicado por ausência de fundamentação de suas razões.

BRANCA
26

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Em resposta ao recurso interposto ao gabarito das questões da prova objetiva infere-se, portanto, que o gabarito se encontra incorretamente listado em relação a presente questão. Consta a omissão de uma palavra que traz prejuízo ao valor da questão tornando-a falsa e não obtendo assim alternativa verdadeira para a questão. O correto seria “Educação Infantil – crianças BEM pequenas – escuta, fala, pensamento e imaginação – posição da habilidade na numeração sequencial”. Sendo assim, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No que diz respeito a garantia de prioridade, cita o artigo 4º do ECA, destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; PREcedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública e não PROcedência como cita a questão e a se torna falsa. PRECEDÊNCIA no atendimento, quer dizer que a criança e o adolescente deve estar em primeiro lugar, em preferência, primazia, prioridade, o que vem depois da precedência do atendimento, da prioridade ao atendimento, é o que vai proceder. Os termos possuem significados diferentes.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 04/06/2024
- <https://www.dicio.com.br/procedencia/> Acesso em: 04/06/2024
- https://www.google.com/search?sca_esv=814dda77967cd28b&sxsrf=ADLYWIlkyl6UcJrZiG4dUoVI6tzl7wL4bw:1717503926946&q=procedente+e+precedente&tbm=vid&source=lnms&prmd=visnmbtz&sa=X&ved=2ahUKewi-1dzbMGGAxXljZUCHVX2CpkQ0pQJegQIDRAB&biw=1366&bih=607&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:2b96155d,vid:AtTh9GKZg2U,st:0 Acesso em: 04/06/2024

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema referido na questão trata-se da AVALIAÇÃO COMO PROCESSO CONTÍNUO, INVESTIGATIVO E INCLUSIVO, citado no edital. O Benjamin Samuel Bloom foi um psicólogo e pedagogo americano que fez importantes contribuições no campo da aprendizagem que cita sobre a importância da avaliação, seus tipos e funções, assim como vários outros autores. Ao estudar essa temática passamos pelas funções diagnóstica, formativa e somativa, que são conceitos da avaliação. Portanto, ao estudar sobre avaliação nos deparamos com estudos de Bloom, Libâneo, Celso Vasconcelos, Luckesi, entre tantos outros, que falam sobre a avaliação como processo contínuo, investigativo, inclusivo e parte do processo de didático.

Fontes:

- <https://intensivopedagogico.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Fun%C3%A7%C3%B5es-da-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Material-de-Apoio.pdf> Acesso em: 15/01/2024
- BLOOM, B. S.; HASTINGS, T.; MADAUS, G. Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. São Paulo: Pioneira; 1993.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando dado na supracitada questão solicita a INCORRETA, portanto, segundo Kishimoto (1999), o jogo educativo utilizado em sala de aula na maioria das vezes vai além das brincadeiras e se torna uma ferramenta para o aprendizado. Para que o jogo seja um aprendizado e não uma obrigação para a criança, é interessante deixar que o aluno escolha com qual jogo queira brincar e que ele mesmo controle o desenvolvimento sem ser coagido pelas normas do professor. Para que o jogo tenha a função educativa não pode ser colocado como obrigação para a criança. Ressalta-se que, a incidência de problemas envolvendo a escola, o aprender e o ensinar nos leva a pensar como resgatar a escola como espaço de prazer, conhecimento e produção. As dificuldades enfrentadas por alunos e professores possivelmente são pistas de que

a escola perdeu o elemento prazer e tornou-se uma obrigação enfadonha.

Fonte:

- KISHIMOTO, T. M Jogos, brinquedo, brincadeira e a educação. Org: 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o documento Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998), o **educar**, que se refere em mediar a criança ao conhecimento, ao novo, ensinando e direcionando à realidade social. O educar é proporcionar à criança a oportunidade de desenvolver suas capacidades e habilidades. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil nos diz que: *Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural*(BRASIL, 1998, p. 23). **Portanto, apenas I e II, estão corretas.**

Outro principal ato que a criança necessita e depende de seu educador, é o cuidar, que deve focar nas necessidades das crianças, podendo transmitir a qualidade daquilo que está sendo passada a elas. Isso pode ser capturado diante de observações, quando ouvidas e respeitadas. Deve também, mediar o desenvolvimento das capacidades humanas, tendo como objetivo a preservação da vida. Para tanto, as atitudes precisam ter conhecimentos sobre o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional das crianças. Refere-se assim, aos itens III e IV.

Fonte:

- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 3V.: IL.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O construtivismo afirma que o conhecimento é resultado da construção pessoal do aluno; o professor é um importante mediador do processo ensino-aprendizagem. A aprendizagem não pode ser entendida como resultado do desenvolvimento do aluno, mas sim como o próprio desenvolvimento do aluno (Fossile, 2010). **Portanto, “a busca pelas questões levantadas pelos alunos é altamente valorizada”, na sala de aula construtivista.** As demais alternativas indicam uma sala de aula tradicional.

Fonte:

- NUNES, T. Construtivismo e alfabetização: um balanço crítico. Educ. Revista, Belo Horizonte, 1990.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Hernández e Ventura (1998) denominam como "projeto de trabalho" o elemento integrador na construção do conhecimento que sobressai do formato de educação tradicional, sustentado na transmissão dos saberes selecionados por um professor. A organização do trabalho por projetos não é uma metodologia estática, mas uma forma diferenciada de perceber e refletir sobre a escola e sua função social. Esses autores expressam o sentido globalizador atribuído aos projetos, problematizados de acordo com os temas, permitindo atribuir um novo significado para a relação de ensino e aprendizagem desenvolvida nas escolas. Hernández (1998) elucida, dentre outros aspectos que pode denotar a

constituição de um projeto pedagógico, tal como: “cada trajeto ou intenção de pesquisa apresenta singularidade, precisando de diferentes fontes de informações; portanto, argumento que cita alternativa A **incorreta, não procede**, haja vista, o termo “singular” originar-se do latim singularitas, que significa “individualidade, unidade”. A ideia de singularidade geralmente é utilizada para apresentar características físicas e comportamentos dos seres humanos que se distinguem do que é considerado padrão. Entretanto, a singularidade também pode ser usada de maneira específica em diversas áreas do conhecimento. No caso de um projeto de pesquisa, a palavra singularidade também pode ser substituída por sinônimos como peculiaridade, particularidade, especialidade, característica, excentricidade, etc.

Portanto, o trajeto a ser percorrido com a turma necessita se basear em um tema problema, favorecendo a análise, a interpretação e o desenvolvimento da crítica; contudo, a função do professor é de problematizador, de mediador das relações dos estudantes com o conhecimento, processo em que o professor atua também como aprendiz; assim, o tema do projeto não é determinado pelo professor. Alternativa C é a incorreta.

Fontes:

- ANTUNES, C. *Um método para o Ensino Fundamental: o projeto*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- HERNÁNDEZ, Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HERNÁNDEZ; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ausência da vírgula no quinto campo de experiência, conforme dispõe argumento recursal não impossibilita a compreensão do tema abordado na supracitada questão, uma vez que todos os campos estão corretamente citados.

Nos primeiros anos da educação básica, os estudantes, de acordo com base deverão se desenvolver dentro de cinco campos de experiências: 1. Eu, o outro e nós; 2. Corpo, gestos e movimentos; 3. Traços, sons, cores e formas; 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação; **5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.**

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil/os-campos-de-experiencias>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa incorreta é a B, pois de acordo com Constituição Federal de 1988 (Art. 208), e a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, (Art.6º), em 2009, **a educação infantil passa a ser obrigatório para as crianças de 4 e 5 anos conforme a emenda Constitucional nº 59, antecipando o início da obrigatoriedade da educação básica em dois anos**. E, somente quatro anos depois, em 2013, a extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB, determinando que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas em instituições de educação infantil.

"Art. 208. I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013

Acerca do argumento que dispõe como incorreta alternativa D, destaca-se, que até 1874, pouco se falava sobre o ensino na primeira infância. A partir daí, começaram a surgir projetos desenvolvidos por pequenos grupos particulares e, apenas no início do século XX, o tema passou a ganhar relevância nacional, através da fundação de instituições e da criação de leis voltadas para as crianças. Portanto, no início, as creches e o jardins de infâncias foram instituições destinadas para diferentes classes sociais e faixas etárias. A primeira era voltada para os bebês das classes operárias e tinha um papel assistencialista, ou seja, a educação não era voltada para emancipação e autonomia da criança, mas sim para o seu cuidado médico, higiênico e de alimentação. O jardim de infância, por sua vez, era destinado para as crianças de 3 a 6 anos de idade das camadas mais altas da sociedade e adotava práticas mais voltadas para o desenvolvimento

cognitivo das mesmas, para que essas pudessem ter um futuro melhor.

Portanto, alternativa D está correta, assim não condiz com o gabarito da supracitada questão.

Fontes:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.ht
- *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas da Educação Infantil. Coordenação Geral de Educação Infantil. Vol. 1 e 2. Brasília, 2001.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Destaca-se que, de acordo com Piaget, os quatro grandes períodos no desenvolvimento, das estruturas cognitivas, estão intimamente relacionados ao desenvolvimento da afetividade e da socialização da criança. Ressalta-se, que de acordo com a tradução da obra do supracitado autor, os termos encontram-se descritos muitas vezes de forma diferente, a saber: **estádio da inteligência simbólica ou pré-operatória** (2 a 7-8 anos); e ainda, **considerando outro autor, estágio pré-operacional** (aquele que corresponde entre dois e sete anos de idade).

Destaca-se ainda, que **operacional** é um adjetivo relativo à operação e serve para qualificar alguma coisa que está pronta para funcionar, que está em condições para realizar operações. Também significa operativo e operatório.

Fontes:

- Cantero V. y Pilar, M. (2011). *Historia Y Conceptos De La Psicología Del Desarrollo*. Psicología Del Desarrollo Humano: Del Nacimiento a La Vejez. Club Universitario
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2 003
- LA TAILLE, Yves; OLIVIEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloisa. *Piaget, Vigotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 199

Cargo: Analista Ambiental e Licenciamento

BRANCA
05

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Ao verificar a questão, o comando solicita a indicação da alternativa que possui duas palavras com a mesma regra de acentuação da palavra “história”. Dessa forma, ao analisar as alternativas constata-se que as alternativas A e C amolda-se ao solicitado pelo comando da questão, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O gabarito preliminar deve ser alterado, sendo a alternativa correta a opção B, consoante disposto no § 6º do art. 37 da CF/88, O referido diploma assegura ao particular lesado ajuizar ação de indenização contra o Estado sem ter que provar que o agente público agiu com dolo ou culpa. Ainda no § 6º traz que a vítima não poderá ajuizar a ação diretamente contra o servidor público que praticou o ato. Este servidor somente pode ser responsabilizado pelo dano se for acionado pelo próprio Estado, em ação regressiva, após o Poder Público já ter ressarcido o ofendido. Nesse sentido, no teor do

disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Fonte:

- STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral) (Info 947).

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

25 de junho de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN